

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CCJS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

VALDEIR PEREIRA SILVA

**FATORES QUE INFLUENCIAM O NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS
INTANGÍVEIS: UM ESTUDO NAS MAIORES EMPRESAS DO BRASIL SEGUNDO
A REVISTA EXAME**

**SOUSA
2015**

VALDEIR PEREIRA SILVA

**FATORES QUE INFLUENCIAM O NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS
INTANGÍVEIS: UM ESTUDO NAS MAIORES EMPRESAS DO BRASIL SEGUNDO
A REVISTA EXAME**

Trabalho de Conclusão apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, vinculado à linha de pesquisa em Teoria da Contabilidade, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Eixo Temático: Ativos Intangíveis.

Orientador: Professor (Msc) Fabiano Ferreira Batista.

**SOUSA
2015**

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão, intitulado: **FATORES QUE INFLUENCIAM O NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS: UM ESTUDO NAS MAIORES EMPRESAS DO BRASIL SEGUNDO A REVISTA EXAME**, estando ciente das sanções legais previstas no que concerne ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o Orientador e os demais membros da Banca Examinadora isentos de qualquer ação negligente de minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa-PB, 10 de março de 2015.

Valdeir Pereira Silva

VALDEIR PEREIRA SILVA

**FATORES QUE INFLUENCIAM O NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS
INTANGÍVEIS: UM ESTUDO NAS MAIORES EMPRESAS DO BRASIL SEGUNDO
A REVISTA EXAME**

Esta monografia foi julgada como adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, bem como aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Sousa-PB.

Aprovada em: 10 de março de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Professor (Msc) Fabiano Ferreira Batista
Universidade Federal de Campina Grande
Orientador

Professora (Msc) Ana Flávia Albuquerque Ventura
Universidade Federal de Campina Grande

Professora (Msc) Lucia Silva Albuquerque
Universidade Federal de Campina Grande

**SOUSA
2015**

Aos meus superestimados pais, Valdemir e
Lucia, pelo apoio e presença constantes.
Exemplos de vida!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero externar minha gratidão ao meu bom Deus, um Ser que sempre esteve - está e estará - perto de mim, me agradando. A realização deste trabalho foi possível graças à sua vontade presente em minha vida (Eu creio nisso!). Portanto, entendo que diante de minha tão grande pequenez, Ele permite que eu me faça “gigante” para enfrentar todos os obstáculos que surgirem, alcançando o bom êxito a mim reservado. A Ti, meu Deus, muito obrigado!

Em seguida, quero agradecer aos que sempre estão presentes, desde minha gestação até os dias de hoje (alguns não estão tão perto fisicamente, mas é como se estivessem). Falo de meus familiares: pai, mãe, avós, tias, primos, enfim, pessoas que aguardaram a minha chegada e, com apoio imprescindível, aguardam minha vitória, pois são também deles as minhas conquistas. Pelo apoio tão necessário, meu muito obrigado!

Aos meus grandes amigos que, por vezes, se fazem irmãos e me ajudam na caminhada diária, minha imensa gratidão. Seria difícil conseguir carregar tão pesado fardo ao longo destes anos de graduação, sem o apoio de pessoas tão presentes e companheiras. As tantas palavras de apoio e conforto proferidas, as tantas mensagens de incentivo, enfim, é bom saber que terei sempre com quem contar para as horas boas e para aquelas não tão felizes. Muito obrigado!

Ao falar dos amigos, não posso deixar de mencionar os companheiros de “batalha”, que foram peças fundamentais neste campo onde, juntos, travamos lutas até consigo mesmos, diante da busca incessante do conhecimento e, por conseguinte, de uma melhor vida. Aqui cito: **Maervelym, Jessica, Paulo, Talys, Kalyane, Fernanda, Van, Jayanne**. Juntos nós conseguimos superar os obstáculos que nos foram impostos e adquirimos experiências de grande valia, as quais se projetarão como crescimento para o nosso futuro. A vocês e a todos os outros não citados, mas que contribuíram positivamente, meu muito obrigado!

Não posso deixar de fazer constar aqui os agradecimentos às pessoas que fizeram parte também do meu cotidiano acadêmico, desta vez no caminho enfrentado todos os fins de tarde de Patos à Sousa, e todos os fins de noite na volta para casa. Mais de três horas diárias dedicadas literalmente à estrada que compõe este caminho. A estas pessoas, que também contribuíram e muito nesta empreitada, meu muito obrigado!

Por fim, deixo grafado neste trabalho meu sentimento de gratidão pelas contribuições, extremamente relevantes, empregadas na realização desta pesquisa. Aqui cito o Professor e grande Mestre, **Fabiano Ferreira Batista**, que orientou esta pesquisa com dedicação e atenção, fazendo dela, uma produção valiosa, cuja contribuição vai além das teorias aqui subscritas, visto que, além destas, foram adquiridos novos conhecimentos que perdurarão, compondo a carga do “saber” que venho adquirindo ao longo dos meus dias. Ao dedicado Mestre e, em sua pessoa, todos os mestres que fizeram parte de minha formação, meu muito obrigado!

*“Nem tudo que conta pode ser contado e nem
tudo que pode ser contado, conta.”*
-- Albert Einstein

RESUMO

Com a promulgação da Lei 11.638/2007, surgiram os novos padrões de informações contábeis a serem seguidos, como, por exemplo, o fato de as divulgações de ativos intangíveis nas sociedades anônimas brasileiras tornarem-se obrigatórias a partir do ano de 2010. Esta pesquisa teve como objetivo analisar quais fatores podem influenciar as “maiores empresas” do Brasil na divulgação dos ativos intangíveis em seus relatórios anuais. Para tanto, a amostra desta pesquisa foi composta por 35 das 100 maiores empresas do Brasil em 2013, conforme *ranking* elaborado pela Revista Exame. Os dados para a pesquisa foram extraídos das demonstrações financeiras e das notas explicativas de cada uma das 35 empresas, os quais, em seguida, foram analisados por meio dos níveis de divulgação encontrados a partir de *check list* e por meio de Regressão Linear Múltipla. Os resultados permitiram inferir que, no decorrer do período analisado, houve um crescimento no nível de evidenciação de intangíveis no grupo das empresas analisadas. Os achados também revelam que quanto maior o número de classes de intangíveis inserido nas demonstrações, maior será o índice de divulgação de intangíveis e que a Rentabilidade sobre o Patrimônio e o ROA também apresentaram relação significativa com o Índice de Divulgação de Intangíveis. As demais variáveis testadas não exercem influência significativa sobre o índice em questão. Concluiu-se que as variáveis estabelecidas possuem um baixo poder explicativo o que se justifica através da ausência de informações padronizadas e divulgadas adequadamente.

Palavras-chave: Informações Contábeis; Ativo Intangível; Índice de Divulgação.

ABSTRACT

With the enactment of Law 11.638/2007, came the new standards of accounting information to be followed, for example, the fact that the disclosure of intangible assets in Brazilian corporations become mandatory from the year 2010. This research aimed to analyze which factors can influence the "largest companies" of Brazil in the disclosure of intangible assets in their annual reports. Therefore, the sample was composed of 35 of the 100 largest companies in Brazil in 2013, according to a ranking prepared by Exame Magazine. Data for the study were drawn from the financial statements and explanatory notes for each of the 35 companies, which then were analyzed by means of disclosure levels found from check list and through Multiple Linear Regression. Results showed that during the reporting period, there was an increase in the level of intangibles disclosure in the group of companies analyzed. The findings also reveal that the greater the number of intangible classes inserted in the statements, the greater the intangible disclosure index and the returns on equity and ROA also showed a significant relationship with the Disclosure Index Intangible. The other variables tested did not exert significant influence on the index in question. It was concluded that the established variables have a low explanatory power which is justified by the lack of standardized information and adequately disclosed.

Keywords: Accounting Information; Intangible Assets; Disclosure Index.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sintetização das correntes de pensamentos dos Ativos Intangíveis.....	25
Figura 2 - A metáfora da Árvore	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação proposta dos Ativos Intangíveis	27
Quadro 2 - As variáveis independentes e as Hipóteses formuladas nesta Pesquisa	44
Quadro 3 - <i>Check List</i> para análise da evidenciação dos ativos intangíveis	45
Quadro 4 - Interpretação dos resultados do Diagnóstico de Multicolinearidade.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Empresas com maiores e menores Índices de Divulgação	49
Tabela 2 - DIV04 Total e Média dos três anos	50
Tabela 3 - Itens do <i>check list</i> mais divulgados e os menos divulgados.....	50
Tabela 4 - Pearson Correlation	51
Tabela 5 - Model Summary ^d	52
Tabela 6 - ANOVA ^a	52
Tabela 7 - Excluded Variables ^a	53
Tabela 8 - Coefficients ^a	54
Tabela 9 - Diagnóstico da Multicolinearidade.....	56
Tabela 10 - <i>One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test</i>	57
Tabela 11 – ANOVA ^a	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AAA** – *American Accounting Association*
BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DW – *Durbin-Watson*
IAS – *International Accounting Standards*
IASB – *International Accounting Standards Board*
IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
KS – *Kolmogorov-Smirnov*
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade
NPC – Normas e Procedimentos de Contabilidade
PP – *Pesarán-Pesarán*
RLM – Regressão Linear Múltipla
VIF – *Variance Inflation Factor*
WLS – *Weighted Least Square*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Delimitação do tema e problemática	14
1.2	Objetivos	17
1.2.1	<i>Objetivo Geral</i>	17
1.2.2	<i>Objetivos Específicos</i>	17
1.3	Justificativa.....	17
2	REVISÃO TEÓRICA	21
2.1	Ativos	21
2.2	Ativos Intangíveis	23
2.2.1	<i>Reconhecimento</i>	28
2.2.2	<i>Mensuração</i>	29
2.2.3	<i>Evidenciação</i>	31
2.3	Estudos Anteriores.....	33
3	METODOLOGIA	37
3.1	Caracterização da pesquisa	37
3.1.1	<i>Quanto aos Objetivos</i>	37
3.1.2	<i>Quanto aos Procedimentos</i>	37
3.1.3	<i>Quanto à Abordagem</i>	38
3.2	Campo de Estudo	38
3.3	Definição das variáveis e Hipóteses.....	39
3.4	Instrumento e procedimentos para coleta de dados.....	44
3.5	Modelo estatístico	46
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	49
4.1	Índice de Divulgação de Ativos Intangíveis a partir do <i>Check List</i>	49
4.2	Estimação do Modelo.....	51
4.3	Diagnóstico do modelo estimado	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS.....	62
	APÊNDICES.....	68

1 INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do tema e problemática

O crescimento econômico e, conseqüentemente, a expansão dos negócios tão buscados pelas organizações, requerem destas a procura por procedimentos que as tornem mais eficientes e competitivas. Ao mesmo tempo, a contabilidade como uma ciência social aplicada, que desde sempre vem evoluindo em paralelo à evolução da sociedade e das necessidades dos seus usuários (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999), reflete essa necessidade de crescimento das organizações na forma de inovação nos procedimentos contábeis, buscando cada vez mais produzir informações que possam ser úteis nos processos decisórios dos seus usuários.

Algumas destas informações produzidas pela contabilidade são evidenciadas por meio das demonstrações contábeis que integram o Relatório Contábil-Financeiro. As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data, cujo objetivo geral é o de fornecer informações úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões (IBRACON NPC 27, 2005), devendo ser revestidas de qualidade.

O modo de fazer contabilidade ou de reconhecer os fatos sob a perspectiva da contabilidade, por sua vez, sofreram modificações durante a evolução da Ciência Contábil, chegando a apresentar diferenças de estrutura entre países e, por conseguinte, foram objeto de mudanças com a convergência às normas internacionais de contabilidade, sempre prezando pela qualidade da informação contábil. Um exemplo claro destas mudanças foi a criação do grupo dos Intangíveis nas demonstrações contábeis brasileiras.

Segundo Lima, Rigo e Pasqual (2012), registrar somente o patrimônio físico das entidades é insuficiente, uma vez que estaria sendo atribuído um valor aquém ao que a empresa realmente possui, sendo necessário considerar elementos não dotados de forma física, utilizando-se de estimativas e abrindo mão da objetividade, como é o caso dos ativos reconhecidos no grupo dos intangíveis. Este grupo foi introduzido no Ativo Não Circulante a partir da Lei nº. 11.638/07 (que trouxe modificações à Lei nº 6.404/76), e, segundo Crisóstomo (2009), esta lei separou em definitivo os bens materiais (Ativo Imobilizado) dos bens imateriais (Ativo Intangível), fato que representa um avanço no tratamento dos ativos intangíveis.

A inclusão do grupo dos intangíveis pode ser explicada, ainda, diante da grande importância atribuída aos bens “sem matéria” em questão, uma vez que vêm surgindo cada vez mais evidências no que concerne à contribuição trazida para o patrimônio das corporações por meio destes ativos que, conforme Cunha (2006), contribuem para a geração de riqueza na entidade, dando, ao assunto, destaque na “Nova Economia” de que trata o processo evolutivo de globalização - tema este debatido por economistas, administradores e cientistas políticos.

Diante disso, além da compreensão dada à importância deste ativo, faz-se necessário conceituar tal elemento componente do patrimônio das entidades. Ludícibus *et al.* (2010) comentam que o intangível pode ser entendido como sendo um ativo, como qualquer outro, tendo a mesma capacidade de gerar benefícios econômicos futuros sobre os quais uma dada entidade detém o controle e a exclusividade na sua exploração. Logo, segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 388), “os ativos intangíveis não deixam de ser ativos simplesmente porque não possuem substância”.

Por conseguinte, cabe ressaltar que o reconhecimento dos intangíveis deve ser feito a partir das exigências elencadas como pré-requisito para sua identificação como ativo. Depois da promulgação da Lei nº. 11.638/07, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o pronunciamento técnico 04 (sendo posteriormente revisado em 2010), alinhado à IAS 38, que definiu o ativo intangível como sendo “um ativo não monetário identificável e sem substância física”, estabelecendo, dentre outras diretrizes, os métodos que devem ser observados para o seu reconhecimento e os requisitos de evidenciação que precisam ser cumpridos.

Todavia, o ativo intangível ainda é para a contabilidade um tema que provoca dúvidas no que diz respeito à sua identificação, avaliação e mensuração. Sobre o desafio que é a mensuração destes, comentam Lima, Rigo e Pasqual (2012) que a contabilidade enfrenta dificuldades para medir os ativos desta natureza, pois eles não atendem de imediato à premissa de identificação, sendo necessária uma metodologia adequada para a sua mensuração e, que mesmo diante desta dificuldade, as grandes empresas estão cada vez mais reconhecendo os bens intangíveis em suas demonstrações contábeis, o que proporciona benefícios para a entidade.

Isso acontece, porque as demonstrações contábeis representam a evidenciação da informação financeira produzida pela contabilidade que, por sua vez, é resultado da interpretação contínua das transações ocorridas no âmbito da entidade que se reporta à luz da teoria contábil, de modo a apresentar uma informação justa e verdadeira (*true and fair*

view) daquela entidade. Portanto, o *financial reporting* de uma entidade envolve desde o reconhecimento, passando pela mensuração até se chegar à evidenciação.

Assim, em se tratando da mensuração desses ativos, cabe ressaltar que esta é uma ação em que se pode encontrar extrema dificuldade. Neste sentido, Hendriksen e Van Breda (1999) apontam como solução usual o tratamento dos intangíveis como sendo resíduos, isto é, calculando algum valor para os ativos tangíveis, atribui-se a diferença entre o valor encontrado e o valor total como um todo aos intangíveis, quando estes não são identificáveis. Quando é possível identificá-los, é atribuído a eles o valor dos custos gerados nas transações, uma vez que desta forma se alcança uma maior precisão presumida.

Outro ponto importante acerca do tema é a evidenciação (*disclosure*). Este deve ser tratado como um capítulo especial da teoria da contabilidade, uma vez que esta tem a função de garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários (IUDÍCIBUS, 2009). Para tanto, as informações contábeis devem ser desprovidas de exagero para que seja anulada a possibilidade de confusão diante do uso delas feito por seus usuários, o que é confirmado por Iudícibus (2009, p. 111) quando fala da omissão de informação necessária em alguns casos, completando o sentido da evidenciação a fim “de tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos plenamente”.

Adequando, pois, a caracterização da evidenciação ao objeto deste estudo, Ritta, Ensslin e Ronchi (2010, p. 64) comentam que “a evidenciação dos Ativos Intangíveis nas demonstrações contábeis visa uma melhor compreensão sobre a situação econômico-financeira das organizações, principalmente por investidores, acionistas e demais usuários das informações”, para tanto, faz-se necessário que ela seja feita de acordo com as diretrizes legais e, por conseguinte, muna-se de boa qualidade.

Com base no exposto, e considerando as 35 maiores empresas brasileiras (em faturamento), no ano de 2013, expostas pela revista Exame e listadas na Bolsa de Valores, este trabalho objetiva responder a seguinte questão problema: **Quais fatores podem influenciar as “maiores empresas” na divulgação dos ativos intangíveis em seus relatórios anuais?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar quais fatores podem influenciar as “maiores empresas” na divulgação dos ativos intangíveis em seus relatórios anuais.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar a adequação das demonstrações contábeis ao CPC 04;
- Identificar quais os itens exigidos pelo CPC 04 que apresentam maior aderência por parte das empresas analisadas;
- Demonstrar a evolução das evidenciações ao longo do período analisado.

1.3 Justificativa

São notáveis as influências da globalização exercidas sobre o mundo econômico, resultando, em nível micro, em constantes modificações e atualizações no cenário econômico das entidades que, a cada dia, necessitam mais de se destacar e competir no mercado. Em face disso, as empresas necessitam de diferenciais que lhes concedam condições favoráveis de sobrevivência e, nesse sentido, os ativos intangíveis dão um considerável respaldo para que estas possam se manter “vivas” no mercado (RODRIGUES, 2011).

Monsteiro e Coelho (2001, p. 2) afirmam que as empresas inseridas na Nova Economia possuem valores, cuja composição, essencialmente, dá-se através das “marcas, licenciamento de programas, franquias de atletas, a reputação, a carteira de clientes e softwares”, ou seja, são quantias consideráveis que se associam a itens incorpóreos o que os leva a afirmar que “cada vez mais o nosso mundo é intangível”.

A empresa brasileira Suzano Papel e Celulose - uma das primeiras companhias brasileiras no que diz respeito à inclusão de sua relação de ativos intangíveis em seu relatório anual de resultados - declara:

O valor desses bens é significativo - 1,2 bilhões de reais, quase um terço do valor de mercado da companhia, listada na Bovespa (essa quantia, pelo menos por enquanto, não será incluída no balanço oficial da empresa, enviado à CVM) [...] Esse resultado, no entanto, é apenas um ponto de

partida para um desafio extremamente complexo - descobrir quais exatamente o são e quanto vale cada um desses bens invisíveis. (PADUAN, 2005, grifo nosso).

Monsteiro e Coelho (2001, p. 2) expõem, ainda, que “a forte competição no mercado e a expectativa potencial de lucros futuros acima do esperado, respaldam a avaliação dos intangíveis”, o que desafia a contabilidade no que concerne ao tratamento a ser dado aos mesmos.

Logo, surge também, para os contabilistas, a necessidade de desempenhar um papel inovador no que concerne à elaboração das demonstrações contábeis das entidades nas quais atuam, uma vez que o tratamento dos intangíveis requer certo nível de subjetividade em seu tratamento, dada as características intrínsecas destes ativos, devido à dificuldade de reconhecimento, mensuração e estimativa de sua vida útil (MARTINS, 1972), o que aumenta a responsabilidade por parte de tais profissionais. Deste modo, sobre o tratamento dos intangíveis, cabe ressaltar que sua contabilização deve ser baseada em sua vida útil e, diante disso, devem pesar sobre ela um alto grau de julgamento.

Para tanto, faz-se necessário divulgar o maior número de informações, para que seja projetada diante disso, a real situação da empresa. Beuren, Theiss e Sant’Ana (2013) ressaltam que “a evidenciação contábil deve estar cada vez mais presente, de modo a divulgar a real situação da empresa por meio de relatórios”.

Porém, informações em grande quantidade não são suficientes, é necessário também que as informações sejam elaboradas com qualidade. Nesse sentido, Ludícibus *et al.* (2010) afirmam que é inegável o grau de qualidade que a informação contábil passa a ter com o devido reconhecimento dos intangíveis, ainda que o tratamento destes venha a requerer bastante julgamento. Logo, quanto maiores a quantidade e a qualidade da evidenciação das informações contábeis, elaboradas de maneira oportuna e uniforme, maior será a credibilidade atribuída a elas. Tal credibilidade será estendida também aos gestores (BEUREN; THEISS; SANT’ANA, 2013).

Assim, os ativos tangíveis, que eram os principais símbolos de riqueza empresarial, passam a dar espaço aos ativos intangíveis, os quais assumiram o papel de novo propulsor de desenvolvimento das corporações, tratando-se de um fator que eleva o valor de mercado das ações das empresas que os possuem, sendo responsáveis pela geração de benefícios futuros (ROLIM, 2009).

Convém ressaltar, ainda, que tal assunto tem um caráter multidisciplinar - fato que justifica as diversas pesquisas que têm surgido acerca do tema seja no contexto nacional, seja no

contexto internacional (GALLON *et al.*, 2008). Neste sentido, estudos anteriores (PEREZ; FAMÁ, 2006; SÁ, 2010; BRASIL, 2011; MENESES; PONTE; MAPURUNGA, 2011; MOURA, 2011; BRIGHENTI; CHIARELLO; ROSA, 2014; LOPES *et al.*, 2014) comprovam que as grandes empresas estão reconhecendo, cada vez mais, ativos intangíveis nos seus demonstrativos contábeis como, por exemplo, o estudo realizado por Lima, Rigo e Pasqual (2012) no qual afirmam que os ativos intangíveis trazem uma grande contribuição para a empresa à qual pertencem, sendo deles uma parte da responsabilidade diante do valor de mercado, de determinadas empresas, superarem o seu valor contábil.

Em nível internacional, Omoye (2013) desenvolveu pesquisa em que se buscou investigar os possíveis fatores que podem influenciar as empresas na Nigéria na divulgação dos ativos intangíveis em seus relatórios anuais, revela que o ativo intangível deve ser tratado como um aspecto vital destes relatórios financeiros, uma vez que, em diversos casos, o valor de mercado de uma empresa é geralmente maior do que seu valor contábil e a disparidade entre esses valores pode ser atribuída à não divulgação dos ativos intangíveis no balanço da empresa.

Por meio de sua pesquisa, Flach e Müller (2014) ressaltam a importância da presença desses ativos nas demonstrações contábeis dos Clubes de Futebol Brasileiros, uma vez que eles se configuram como o ativo mais importante para tais clubes, já que representam a maior parte do montante dos grandes valores financeiros movimentados por eles. As demonstrações contábeis desses clubes devem ser elaboradas de maneira correta e divulgadas com clareza, uma vez que o futebol consolida-se como uma das “paixões” dos brasileiros e como considerável alvo de investimento, ou seja, há um mercado consumidor significativo nesse meio, afirmam os autores.

Ainda a esse respeito, Brighenti, Chiarello e Rosa (2014) desenvolveram uma pesquisa, cujo objetivo era o de avaliar os fatores que exercem influência na evidenciação de ativos intangíveis de empresas familiares constantes na Bolsa de Valores e cujos resultados apontam que o índice de evidenciação de ativos no grupo dos intangíveis em 64 empresas familiares é diretamente proporcional ao seu tamanho, ou seja, quanto maior a empresa for maior será o número de informações divulgadas neste grupo do ativo.

Nesse contexto, é pertinente que as empresas e os preparadores das demonstrações contábeis levem em consideração o pronunciamento técnico, nº. 04, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que, com a criação do Grupo dos Ativos Intangíveis a partir das modificações na legislação societária introduzidas pela Lei nº. 11.638/07, estabelece critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação desses ativos.

Cabe salientar ainda que as normas internacionais, das quais derivam os pronunciamentos técnicos do CPC, têm a finalidade de divulgar normas de alto padrão de qualidade que vem sendo adotadas mundialmente minimizando as diferenças entre os “*financial reporting*” destes países.

Diante do exposto, a presente pesquisa busca investigar quais os fatores que podem exercer influência sobre o nível de *disclosure* de ativos intangíveis em um conjunto formado pelas “maiores empresas” brasileiras em faturamento, cujas informações se façam disponíveis e suficientes para alcançar os resultados esperados e/ou outros resultados sobre os quais não tenha sido gerada expectativa.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Ativos

Em um trabalho onde o cerne da discussão gravita sobre a temática dos ativos intangíveis, faz-se importante o entendimento inicial sobre os ativos num geral, abordando, desta forma, seus aspectos conceituais, bem como outras considerações relevantes acerca deste.

De maneira direta, o ativo pode ser entendido como um elemento que representa as aplicações da entidade ou que agrega valor para empresa que o possui e que gera uma expectativa futura de rentabilidade. O entendimento sobre ativo pode dar-se também como sendo o resultado da soma dos bens e dos direitos de uma entidade, porém é válido ressaltar que esta não se consolida como a definição do mesmo, mas tão-somente expõe os componentes de um ativo.

Nesse sentido, Goulart (2002) se manifesta afirmando que tais conceituações que apresentam os ativos como o conjunto de bens e direitos de uma entidade ou como as aplicações de recursos de uma empresa não ensejam necessárias discussões, como a definição adequada para a terminologia em questão, isto é, o termo “ativo”.

Faz-se necessário, pois, que tais definições sejam complementadas a ponto de que sua conceituação se apresente de forma mais completa. Perez e Famá (2006) afirmam que, no entendimento da Contabilidade Básica, os ativos são os bens e direitos de uma entidade, com natureza monetária, disponível à administração, os quais também podem ser considerados como sendo o conjunto dos elementos, desprovidos ou não de natureza física, sobre o qual a empresa detenha controle e lhe proporcione a possibilidade de obter fluxo de caixa.

Por sua vez, Brasil (2011) expõe que há uma contribuição, por parte do ativo, de forma direta ou não, para a geração de fluxo de caixa positivo, seja para aumentar ou diminuir custos ou, ainda, despesas dentro da empresa, ressaltando que o destaque na essência deste elemento patrimonial é a possibilidade real de gerar fluxo de caixa futuro.

O pronunciamento técnico do CPC nº. 00 (R1) (2011) define o ativo como sendo “um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade”. Tal definição é ampla, o que ocasiona a possibilidade de aplicação em diversos tipos de entidades; porém, mesmo diante

dessa abrangência, o seu uso é importante já que atribuem limite aos itens que devem aparecer na demonstração do balanço das corporações (NIYAMA; SILVA, 2013).

Para Ludícibus (2009, p. 125), alguns pontos, no que concerne ao entendimento acerca de ativos, merecem atenção:

- (a) O ativo deve ser considerado moderadamente, em primeiro lugar, quanto à sua controlabilidade por parte da entidade, subsidiariamente quanto à sua propriedade e posse;
- (b) Precisa estar incluído no ativo, em seu bojo, algum direito específico a benefícios futuros (por exemplo, a proteção à cobertura de sinistro, como direito em contraprestação ao prêmio de seguro pago pela empresa) ou, em sentido mais amplo, o elemento precisa apresentar uma potencialidade de serviços futuros (fluxos de caixa futuros) para a entidade;
- (c) O direito precisa ser exclusivo da entidade; por exemplo, o direito de transportar a mercadoria da entidade por uma via expressa, embora benéfico, não é ativo, pois é geral, não sendo exclusivo da entidade.

Niyama e Silva (2013) expõem que, caso exista alguma dúvida em face da classificação de algum item como sendo ou não um ativo, torna-se necessária somente que se faça uma revisão acerca das condições impostas para que um elemento seja reconhecido como tal e assegurar que o item em questão possui as características consoantes aos requisitos impostos.

Ainda sobre sua conceituação e ratificando as definições anteriores, Hendriksen e Van Breda (1999), destacam a definição de ativo na visão do professor John Canning, de Stanford que o compreende como sendo um serviço futuro, qualquer que seja ele, expresso monetariamente ou, pelo menos, que seja convertido em moeda, possuído de maneira legal ou justa por alguma pessoa ou um grupo delas, as quais usufruem dos benefícios advindos deste.

Cabe ressaltar, porém, que este serviço só será ativo para aqueles que o usufruem, o que reitera o fato de que é necessária a presença de todas as características cabíveis para satisfazer sua definição. Logo, pode-se concluir que basta a ausência de apenas uma das citadas características para que não se possa estabelecer e reconhecer a existência de um ativo nos termos contábeis (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Diante da classificação destes, o CFC, através da NBC T 3 (1990), expõe que as contas do ativo devem ser dispostas em dois grandes grupos: o Circulante e o Não Circulante. De igual modo, a Lei nº. 6.404/76 (posteriormente alterada pela Lei nº. 11.941/09) versa sobre o modo como o ativo deve ser organizado, sendo dividido em duas partes: o grupo do ativo

circulante e o grupo do ativo não circulante. Esta divisão se dá para que os elementos que sejam classificados como ativos e que possuam o maior grau de liquidez sejam separados daqueles com menor grau de liquidez; deste modo, o elenco de informações estará mais bem estruturado. Tais determinações ensejam uma maior possibilidade de compreensão das informações por parte de seus usuários.

Acompanhando tal pensamento, a NBC T 3 (1990), ainda, dispõe que as contas deste grupo devem ser dispostas em ordem crescente mediante os prazos esperados de realização, dando tratamento igual para os grupos e subgrupos que o compõem, ou seja, as contas cujos valores tenham maior facilidade de serem revertidos em moeda corrente (maior grau de liquidez) são evidenciadas nos primeiros lugares e, em contrapartida, as que possuem menor grau de liquidez têm sua apresentação feita nos últimos lugares.

Em suma, satisfaz a definição deste elemento patrimonial todo e qualquer recurso, seja ele físico ou não, cujo controle esteja sob a guarda de determinada organização, possa gerar benefícios posteriores e cujo usufruto seja exclusivamente desta que detém seu controle.

2.2 Ativos Intangíveis

Dadas as devidas definições e considerações acerca dos ativos de um modo geral, parte-se para o momento de projetar a atenção para uma área mais específica desses: os ativos intangíveis, os quais são considerados, de modo geral, como aqueles desprovidos de matéria física, isto é, sem “corpo”. O tema em questão, segundo alguns teóricos, é tratado como um dos mais complexos da contabilidade, dada a dificuldade, intrínseca a eles, na atribuição de seus valores monetários. Tais valores fazem parte da composição das demonstrações contábeis que serão utilizadas na tomada de decisão de seus usuários.

Sobre este grupo do Balanço, Ludícibus (2009, p. 216) reitera que ele é “tão importante quanto, ainda, desconhecido pelos contadores” e que “pesquisas bem recentes deixam patente que os intangíveis são os vetores de valor mais importantes para a empresa” o que justifica, cada vez mais, os esforços constantes empreendidos em estudá-los e entendê-los.

Derivada do latim, a palavra intangível, que vem do termo *tangere*, quer dizer “tocar”, o que nos permite depreender que os bens intangíveis são desprovidos de corpo e não podem ser tocados (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 388). É válido ressaltar, porém, que a essência da definição dos ativos intangíveis vai além do sentido etimológico da palavra em si, uma vez que só o fato desses ativos serem desprovidos de matéria física não lhes

confere a definição de ativo intangível, sendo necessário, ainda, que este elemento atenda aos requisitos exigidos para serem reconhecidos como ativos intangíveis de fato.

Diante disso, Martins (1972) afirma ser incompleta a definição baseada somente no sentido estrito e literal da palavra, visto que há outros ativos também que não possuem matéria física e, nem por isso, são considerados ativos intangíveis como, por exemplo, as despesas antecipadas, duplicatas a receber, aplicações financeiras, dentre outros. Tal verdade, ainda, só se justifica devido ao fato de os contadores procurarem impor limites à definição dos intangíveis fazendo com que esta se restrinja ao grupo dos ativos não circulantes (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Perez e Famá (2006) corroboram esse pensamento, ratificando a evidência do sentido incompleto dado à definição de ativo intangível como sendo um elemento que não possui existência física ou, para outros, intocável, uma vez que uma dada empresa pode ter a posse de vários outros ativos que não possuem “corpo” e, nem por isso, eles se enquadram na definição dos intangíveis.

Kohler (1957, *apud* Ludícibus, 2009, p. 203) externa uma definição bastante pertinente sobre os ativos intangíveis quando expõe que tais elementos são considerados “ativos de capital desprovidos de existência física, cujo valor se limita através dos direitos e benefícios que conferem ao proprietário sua posse antecipada”.

Por sua vez, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 388) definem tais ativos como bens intocáveis, uma vez que são desprovidos de corpo, isto é, desprovidos de matéria física. Ludícibus *et al.* (2010, p. 264) afirmam que “os intangíveis são um ativo como outro qualquer”, porém, impossibilitados de serem identificados visivelmente e separados contabilmente.

Kayo (2002, p.14) afirma que, de modo sintético, a definição de ativos intangíveis pode ser feita da seguinte forma: “um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, interagindo com seus ativos tangíveis, contribui para a formação do valor da empresa”.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), o fato antes mencionado acerca da complexidade desta área da contabilidade, deve-se à dificuldade de definição, ligada aos intangíveis, além das incertezas no que diz respeito à medição de seus valores, bem como da determinação de sua vida útil. Diante disso, pode-se depreender também que, por conta de tal dificuldade e de tal complexidade, esta é uma temática que merece ser mais explorada.

Corroborando tal pensamento, Lima *et al.* (2012) ressaltam as dificuldades enfrentadas pela Contabilidade para medir os ativos intangíveis, visto que sua identificação não pode ser feita de imediato, levando os profissionais contábeis à necessidade de utilizarem uma adequada metodologia para a mensuração de tais itens.

Logo, pode-se compreender que tais elementos apresentam-se como estimuladores de discussões no meio contábil, uma vez que, devido às dificuldades, já mencionadas, de reconhecimento, mensuração e evidência intrínsecos a si, são julgados como um dos temas mais complexos da contabilidade.

De modo sintetizado, a figura a seguir apresenta reflexões acerca das definições dadas aos Ativos Intangíveis:

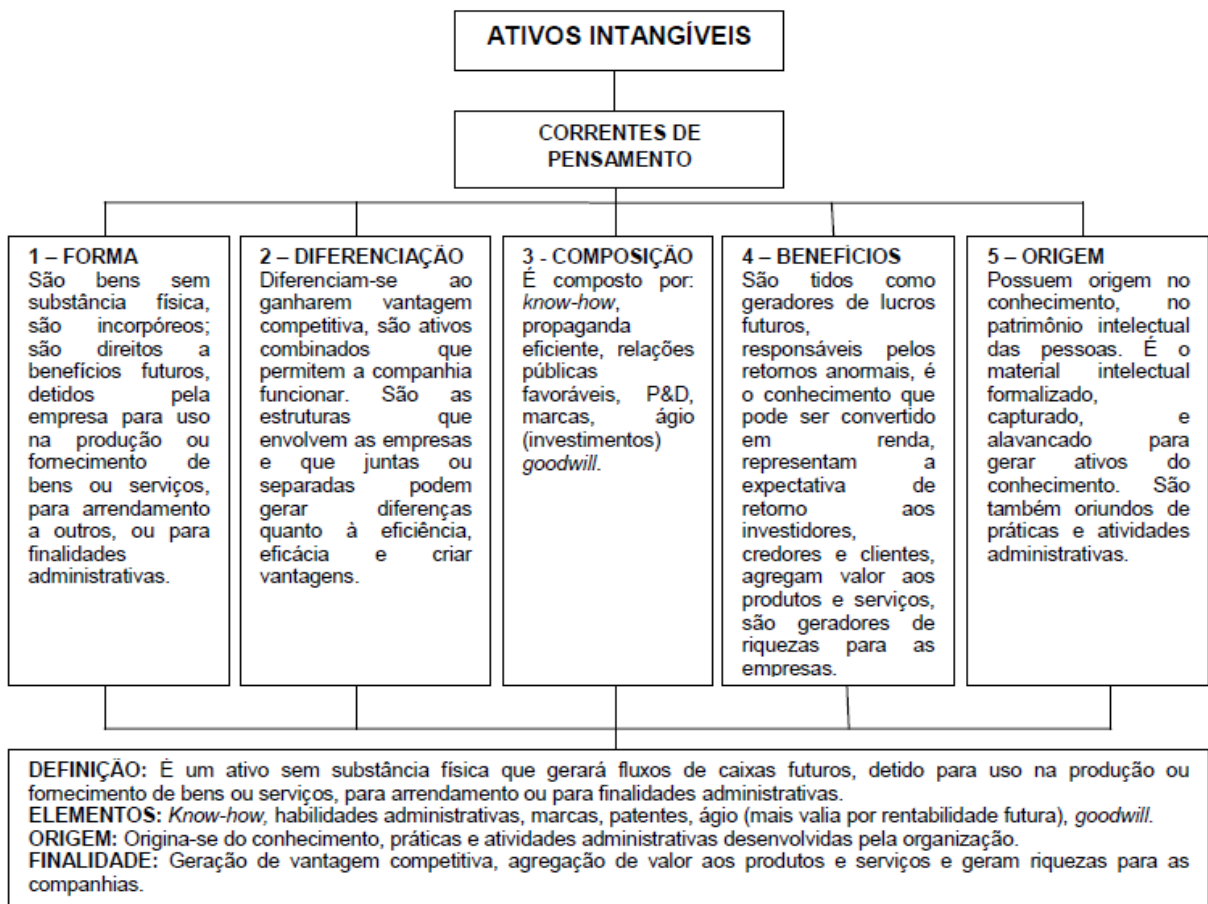


Figura 1- Sintetização das correntes de pensamentos dos Ativos Intangíveis

Fonte: Baseado em Reina *et al.* (2009, p. 92)

No decorrer de estudos realizados sobre os ativos intangíveis, foram surgindo correntes de pensamento que os caracterizam, segundo Reina *et al.* (2009), “quanto à sua forma, diferenciação, composição, benefícios gerados e origem, aspectos que podem ser identificados pelo estudo epistemológico”, fazendo com que se possa compreender, com maior riqueza de detalhes, tal elemento. Ainda nesse sentido, o CPC 04 (R1) (2010, p.7) traz a

informação de que, para satisfazer o critério de identificação, no que diz respeito à definição de um ativo intangível, é necessário atender aos seguintes critérios:

- (a) ser separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Assim, o intangível deve ser entendido como qualquer outro ativo, porém com carência de substância, sempre que se enquadrarem nos requisitos elencados para o reconhecimento dos ativos como um todo devendo, para tanto, atender à definição de um ativo, serem mensuráveis, relevantes e precisos (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Diante do discurso construído acerca dos ativos intangíveis ao longo das pesquisas realizadas sobre este tema, fica evidente a singularidade que os contempla, fazendo-os apresentar características distintas e uma importância considerável, cabendo ressaltar o modo pelo qual se dá a classificação destes bens. Sobre isso, o CPC 04 (R1) (2010, p. 29) contempla a definição de “classes”, como sendo “um grupo de ativos de natureza e com utilização similar nas atividades da entidade”. A seguir, citam-se exemplos distintos destas classes, cabendo ressaltar, pois, que elas podem ser adaptadas em grupos maiores ou menores, caso tal adaptação resulte em informação mais relevante para seus usuários. São elas:

- (a) marcas;
- (b) títulos de periódicos;
- (c) softwares;
- (d) licenças e franquias;
- (e) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais;
- (f) receitas, fórmulas, modelos, projetos e protótipos; e
- (g) ativos intangíveis em desenvolvimento.

Além desses, o CPC 04 (R1) (2010) ainda traz como exemplo de ativo intangível, o *goodwill*, o que, no referido pronunciamento técnico, é tratado como sendo ágio gerado a partir da espera de rendimentos futuros; este é reconhecido a partir de uma combinação de negócios. Em outras palavras, ele é um ativo gerado a partir de outro ativo adquirido através desta combinação de negócios, não identificável e cujo reconhecimento não pode se dar em separado. Afirmam Hendriksen e Van Breda (1999, p. 390) que o *goodwill* é o “principal exemplo de um intangível que não possui usos alternativos, não é separável, e cujos benefícios são muito incertos”.

Acompanhando esse pensamento e o de outros pesquisadores da área, Mello *et al.* (2010) desenvolveram uma proposta inovadora na classificação dos intangíveis, justificando-a a partir do diferencial empregado nesta alternativa que consiste na atribuição de denominações mais específicas no que diz respeito às categorias e no detalhamento das subcategorias, de modo a elucidar os itens que compõem cada uma delas e fundamentando-a no pensamento e nos modelos de classificação desenvolvidos anteriormente por outros estudiosos, conforme apresentada no quadro a seguir:

Quadro 1 - Classificação proposta dos Ativos Intangíveis

Categorias	Subcategorias
Ativos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento • Desenvolvimento • Talento (captação e retenção) • Experiência • Conhecimento tácito • Competências Técnicas • Habilidades Pessoais • Habilidades Comportamentais
Ativos de Relacionamento Externo	<ul style="list-style-type: none"> • Marca/Imagem • Relacionamento com Clientes • Relacionamento com Parceiros
Ativos Estruturais Internos	<ul style="list-style-type: none"> • Governança Corporativa • Processos (Principais / Apoio) • Inteligência de mercado • Sistemas • Cultura Organizacional (Valores e Filosofia)
Ativos de Propriedade Intelectual	<ul style="list-style-type: none"> • Patentes • Direitos (autorais, de exploração) • P&D • Conhecimento Explícito

Fonte: Adaptado de Mello *et al.* (2010, p. 9)

Conforme Mello *et al.* (2010), os **Ativos Humanos** devem ser entendidos como sendo os elementos conaturais ao indivíduo e que pode se tornar uma arma de competição para a entidade. Por sua vez, os **Ativos de Relacionamento Externo**, são compreendidos a partir dos elementos referentes à exposição da empresa frente ao mercado, as quais lidam com os seus *stakeholders* para o sucesso de seu negócio. Os **Ativos Estruturais Internos** dão conta de tudo o que é inerente à organização, correspondente ao capital da informação. Por fim, os **Ativos de Propriedade Intelectual** condizem aos processos de inovação da empresa, visando estimular o seu desenvolvimento nos eixos tecnológico e econômico.

Enfim, desde que satisfaçam sua cabível definição, respondendo positivamente a todas as características que devem possuir para tal, os bens de natureza “impalpável” agregam valor

às empresas que os possuem, trazendo relevante contribuição para as mesmas diante de seu valor de mercado.

2.2.1 Reconhecimento

Partindo da ideia de que: o simples fato de existir não é condição suficiente para que qualquer ativo seja reconhecido contabilmente, faz-se necessário adentrar no tópico a partir do qual poderão ser conhecidos os critérios que devem ser atendidos para que os ativos, mais especificamente os intangíveis, sejam reconhecidos como tal.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), o reconhecimento dos intangíveis se dá da mesma forma que os ativos num geral, devendo obedecer, portanto, às regras equivalentes para todos eles.

Perez e Famá (2006) ressaltam que definir o ativo intangível somente a partir da ausência de matéria física que este possui não é suficiente, fazendo-se necessário, pois, que este elemento patrimonial satisfaça a definição de ativo, possuindo todas as suas características conceituais, fazendo a diferença de fato quando for necessário se submeter a um julgamento externo, sendo necessária, também, a possibilidade de descrição detalhada do mesmo, dando confiança à informação. Logo que não atender a essas premissas, haverá a impossibilidade de reconhecê-lo, isto é, o ativo intangível não existirá.

Depreende-se, pois, que, para um elemento patrimonial ser reconhecido como um ativo intangível é necessário que este atenda aos seguintes requisitos: satisfizer a definição apropriada; ser confiavelmente mensurável; ser munido de relevância e de precisão. Portanto, reitera-se que logo que deixem de atender, ao menos, a uma dessas características, o reconhecimento não se confirmará.

À luz do CPC 04 (R1) (2010, item 21), é correto afirmar que um ativo intangível deverá ser reconhecido se for provável a geração, em favor da entidade, dos benefícios futuros que se esperam, atribuíveis ao ativo e se houver a possibilidade de o custo desse ativo ser medido confiavelmente.

Nesse sentido, Ludícibus *et al.* (2010, p. 266) ressaltam que, para que não surjam dúvidas quanto ao tratamento contábil que estes devem receber, é necessário fazer saber que para se registrar um intangível é necessário que a entidade o tenha adquirido mediante um custo, uma vez que esta se manifesta como uma condição *sine qua non*, isto é, “sem a qual não”,

e, ainda, que este possa ser mensurado de modo confiável, devendo haver condições favoráveis à sua delimitação.

Sanchidrián (2007) reporta seu pensamento à exposição feita pelo CPC 04 (R1) (2010) ao afirmar que, embora haja alguns itens que estejam dentro da definição ativo, eles não podem ser reconhecidos como tal, visto que há ligada a eles a impossibilidade de mensurá-los confiavelmente, bem como a dificuldade de identificá-los separadamente.

Ratificando tal pensamento, Beuren, Theiss e Sant'ana (2013, p.102) afirmam que, por não apresentarem evidências nem bases que possam levar a uma mensuração confiável, itens como: “recursos de pessoal, relacionamento com clientes, eficácia de sistemas gerenciais, conhecimento de mercado” normalmente não são reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Em suma, um item patrimonial só poderá ser reconhecido como intangível diante da posse das características exigidas para tal, ou seja, sendo favorável à entidade através da geração de valores futuros, os quais trarão benefícios à mesma, e cuja medição do custo deste ativo se manifeste de maneira confiável.

2.2.2 Mensuração

Em sentido estrito, mensurar significa medir, isto é, atribuir valor a determinadas grandezas. No âmbito contábil, a mensuração desempenha um papel de suma importância, uma vez que tal ação consiste na medição ou atribuição de valores monetários aos elementos constituintes do patrimônio das entidades. Entenda-se, ainda, a mensuração como um processo por meio do qual se determina um elemento em números, no caso específico em questão, em números monetários.

O CPC 00 (R1) (2011) corrobora essa afirmação e acrescenta que é por meio destes números que as demonstrações devem se fazer conhecer, sendo apresentados nos relatórios financeiros que se constituem como instrumentos utilizados na tomada de decisão. Diante disso, é importante para a empresa medir seus resultados, uma vez que, quando a mensuração se concretiza, as informações são mais precisas, o que auxilia na tomada de decisão, fazendo com que ela seja feita com maior confiabilidade e as metas propostas sejam alcançadas com maior excelência (MENEGUELLI; SOUZA, 2007).

Porém, “é importante que se tenha em mente que toda mensuração traz consigo um grau de imprecisão, o que no intangível tende a ser maior pelo seu grau de subjetividade”, afirma

Schnorrenberger (2004, p. 93). Corroborando tal pensamento, Lima, Rigo e Pasqual (2012) relatam a dificuldade enfrentada pela contabilidade no que concerne à medição destes ativos, uma vez que não há a possibilidade de imediata identificação, demandando, para tanto, que sejam utilizadas as ferramentas adequadas para sua mensuração.

Sobre essa dificuldade de mensuração, Marion (2000) faz uma analogia pertinente ao comparar a parte que a contabilidade relata e a que não relata nas demonstrações com o auxílio da figura de uma árvore. A partir deste pensamento, pode-se inferir sobre o quão importante pode ser o ativo “sem matéria” (que por vezes deixa de ser evidenciado pelas empresas devido às dificuldades intrínsecas a si), uma vez que, mesmo que não seja de fácil visibilidade, suas contribuições para a empresa são notáveis, assim como a raiz de uma árvore que, embora oculta, pode modificar a saúde desta, a depender do tratamento dado a ela. A seguir, a figura gerada a partir da analogia de Marion (2000):

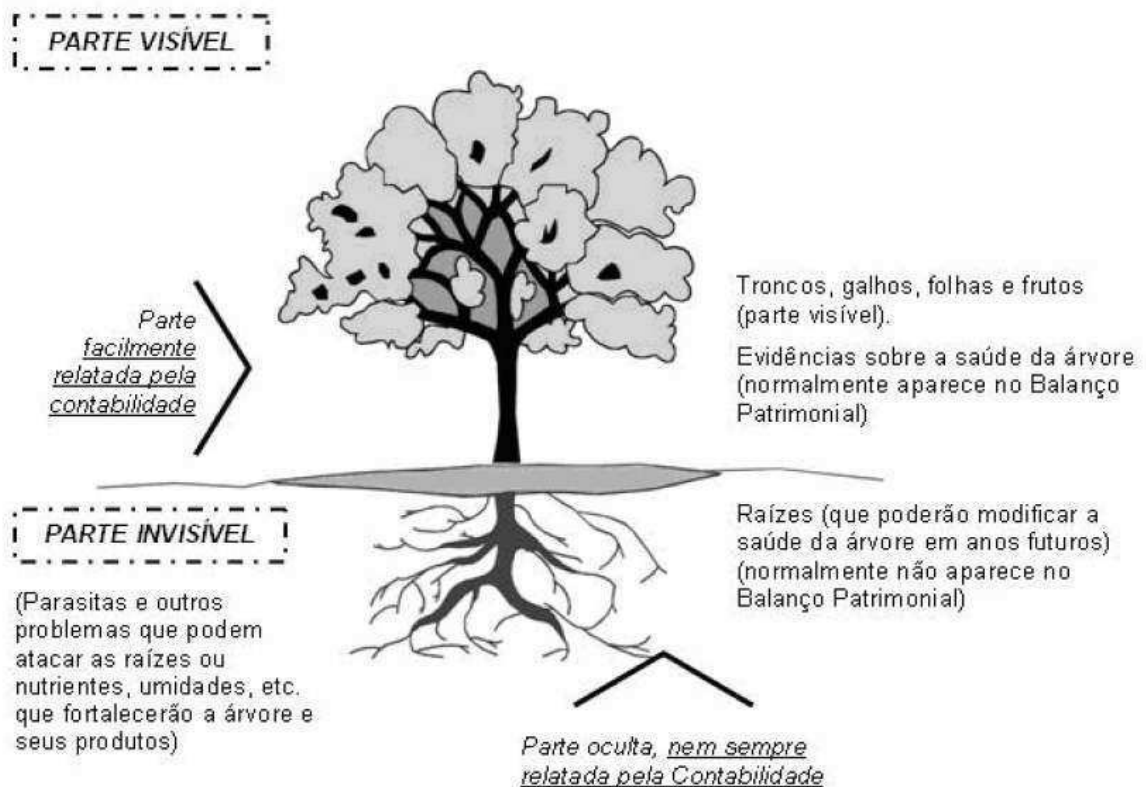


Figura 2 - A metáfora da Árvore
Fonte: MARION (2000)

O *American Accounting Association* – AAA (1957, *apud* Ludícibus, 2009, p. 126) afirma que, “conceitualmente, a medida de valor de um ativo é a soma dos preços futuros de mercado dos fluxos de serviços a serem obtidos, descontados pela probabilidade de ocorrência e pelo fator juro, a seus valores atuais”. Todavia, tal conceituação possui “bases práticas

limitadas para qualificação”, o que leva a mensuração dos ativos a ser feita com base em outros métodos (IUDÍCIBUS, 2009).

Hendriksen e Van Brada (1999) comentam que diante da possibilidade de ser bastante difícil atribuir valor a um ativo intangível, como no caso dos intangíveis quando há a impossibilidade de identificá-los ou separá-los, aponta-se como usual solução o tratamento deste como resíduo, isto é, faz-se um cálculo por meio do qual possa ser obtido algum valor para os ativos tangíveis para depois subtraí-lo do valor do ativo total, resultando no valor do intangível. Por outro lado, quando estes itens podem ser identificados e separados, eles podem, em princípio, ser mensurados por seu valor presente de benefício projetado. Todavia, os profissionais contábeis, usualmente, têm dado preferência à utilização dos custos de transação, uma vez que, desta forma, haverá uma maior precisão presumida.

Antunes e Leite (2008, p. 36) comentam que “as empresas teriam que abrir mão da objetividade na mensuração dos atributos intangíveis e desenvolverem um sistema de informação contábil gerencial que contemple tais informações”, uma vez que as características inerentes aos intangíveis trazem dificuldade no que concerne à mensuração.

Portanto, mesmo diante das dificuldades trazidas pelos intangíveis frente a suas características, a mensuração é um procedimento de grande importância para o cumprimento efetivo do objetivo contábil de fornecer informações úteis aos usuários em sua diversidade.

2.2.3 Evidenciação

Podendo ser tratada também como divulgação ou *disclosure*, a evidenciação - tópico amplo o suficiente para abranger toda área de informações financeiras externas (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999) - porta-se como um fator de suma importância que se justifica a partir de sua inerência inquestionável ao objetivo principal da Ciência Contábil que é o de fornecer informações úteis aos diversos tipos de usuários.

Neste sentido, Iudícibus (2009, p. 110) trata desse ponto não como “um princípio, postulado ou convenção, mas como capítulo especial da teoria da Contabilidade”. É ressaltado, pois, que as informações ora divulgadas necessitam de estarem munidas com qualidade considerável para que se possa atingir o objetivo de satisfazer a necessidade de informação trazida pelos usuários das mesmas. Corroborando a isso, Flach e Müller (2014) afirmam que através do *disclosure*, a preocupação volta-se para a qualidade com que as informações serão preparadas e divulgadas aos usuários e não apenas a divulgação por divulgação.

Meneses, Ponte e Mapurunga (2011) afirmam que, no âmbito organizacional, tornar conhecidos os fatos ocorridos se manifesta como a essência da Ciência Contábil, já que seu objetivo, como já dito, configura-se a partir do fornecimento de informações acerca da “saúde” patrimonial da organização para os que dela fizerem uso, auxiliando-os no processo de decisão. Isso pode fazer com que tais usuários possam livrar-se de dissabores eventuais quando necessitarem de tomar decisões acerca de sua empresa ou de um futuro investimento, uma vez que estarão sendo fornecidas informações de fato úteis.

Perez e Famá (2006) confirmam tal pensamento relatando que, a partir do registro e do controle patrimonial acompanhados de suas mutações, a Ciência Contábil apura e demonstra os resultados alcançados, bem como a situação da empresa, quer econômica, quer financeira, servindo de elo entre a empresa e o meio externo sempre cumprindo o objetivo de atender às necessidades de informação de seus respectivos usuários.

Para tanto, é necessário que se atente ao fato de que a quantidade de evidenciação e a sua qualidade são circunstanciais, uma vez que se deve observar o quanto o leitor poderá “digerir” a mesma (IUDÍCIBUS 2009, p. 111 - 112). O autor afirma, ainda, que “os limites e a extensão do que deve ser evidenciado podem referir-se a informações quantitativas e qualitativas”.

Antunes e Leite (2008) citam as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e ressaltam que ela refletiu positivamente no que concerne à evidenciação das informações sobre os ativos intangíveis, e, de certo modo, corroborou o conceito da Primazia da Essência sobre a Forma, primeiramente, no momento da identificação dos ativos.

O pronunciamento contábil CPC 04 (R1) (2010) destaca as informações que devem ser divulgadas pelas empresas acerca de seus itens registrados no ativo intangível, fazendo a distinção entre aqueles gerados internamente e os demais. São eles:

- (a) com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas;
- (b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
- (c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;
- (d) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
- (e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período [...].

A vida útil é entendida como período no qual o intangível corresponderá à expectativa de contribuir para o fluxo de caixa da entidade, podendo ser definida ou não. Brasil (2010, p.56)

afirma que pode haver incerteza no momento da determinação dos prazos concernentes à vida útil desses bens e que, logo que seja detectada a presença dessa incerteza, “vale justificar-se pela prudência como estimativa da sua vida útil, mas isso não justifica escolher um prazo tão curto ou longo que seja irreal”.

Nesse sentido, Sá (2010, p. 28) reporta-se ao dever da entidade de divulgar a quantia registrada no grupo dos intangíveis avaliados “como tendo uma vida útil indefinida” e as razões que dão suporte a tal avaliação e, ainda, descrever a quantia escriturada e o período de amortização que resta de qualquer outro ativo intangível individual, o qual seja representativo para as demonstrações financeiras.

No que diz respeito à amortização, essa pode ser entendida como a distribuição sistemática do custo de um ativo, menos o seu valor residual ao longo da sua vida útil. Segundo o entendimento de Brasil (2010, p. 78), “a amortização é uma operação registrada para a reavaliação do ativo intangível após ter sido feito o *Test Impairment*”, o qual tem a finalidade reduzir o valor do ativo, quando este for maior do que seu valor justo (valor de venda) ou valor em uso (depreciação, amortização ou exaustão).

De modo geral, a evidenciação pode ser entendida como a forma e o conteúdo com que a empresa se comunica com o mercado, isto é, o modo pelo qual as empresas estabelecem conversação com os interessados em tais informações, tornando conhecida sua posição econômico-financeira (ANTUNES; LEITE, 2008).

De maneira ainda mais direta, o “evidenciar” configura-se como a explicação clara das demonstrações contábeis a fim de facilitar o entendimento dos que a utilizarem, ratificando, neste sentido, o objetivo da contabilidade. Lima, Rigo e Pasqual (2012, p. 224) elencam as principais formas de evidenciação, a saber: “demonstrações contábeis, notas explicativas, quadros suplementares, relatório dos auditores independentes e relatórios dos administradores”.

2.3 Estudos Anteriores

Vários são os trabalhos de pesquisa já realizados, cuja problemática gira em torno do tema que contextualiza a Evidenciação dos Ativos Intangíveis nas demonstrações financeiras, a fim de demonstrarem a relevância desse tema e da influência exercida sobre ele diante do valor econômico das empresas.

Perez e Famá (2006) desenvolveram um estudo cujo objetivo era o de analisar o impacto causado pela presença de intangíveis não contabilizados no desempenho das empresas, investigando se tais ativos podem ser responsáveis de fato por uma maior criação de valor para seus acionistas. A pesquisa teve como objeto a investigação de centenas de empresas norte-americanas e seus resultados mostraram-se significativos ao passo que demonstraram a existência de diferenças relevantes entre as empresas “intangível-intensivas” e “tangível-intensivas”, chegando ao ponto de permitir afirmar que, no período analisado, “os ativos tangíveis promoveram às empresas apenas lucros normais e que a verdadeira criação de valor foi proporcionada pelos ativos intangíveis”.

No estudo realizado por Sá (2010), o objetivo firmado foi o de analisar como se dá o tratamento contábil dos Ativos Intangíveis nas contas consolidadas das entidades com valores admitidos à negociação na *Euronext Lisbon*, bem como o grau de cumprimento das diretrizes impostas pela IAS 38. Os resultados evidenciam a presença de alterações significativas em nível de intangíveis no que concerne às despesas de investigação e desenvolvimento, resultantes da adoção da norma do IASB.

Convém citar, também, o estudo feito por Meneses, Ponte e Mapurunga (2011), que teve como objetivos investigar a associação entre a divulgação de informações acerca dos ativos intangíveis e as características no âmbito econômico das entidades que estão elencadas na Bolsa de Valores e verificar a possibilidade de existência de uma maior observância das diretrizes de divulgação previstas no CPC nº. 04 pelas empresas listadas na modalidade: Novo Mercado, da Bolsa. Tal estudo foi feito com base na análise das notas explicativas de 125 empresas não financeiras, do exercício de 2009 e possibilitou a constatação de que as classes dos intangíveis, o valor contábil e o valor amortizado, e, ainda, os métodos e as vidas úteis são os pontos que as empresas evidenciam com mais frequência em suas demonstrações. No que concerne ao segundo objetivo, pode-se comprovar que, em comparação com outros dois níveis diferenciados de governança corporativa, as empresas do Novo Mercado não têm o maior nível de observância das diretrizes previstas no CPC para divulgação destes ativos.

Brasil (2011) realizou uma pesquisa sobre o tema tratado no qual ressaltou a importante fonte de geração de valor para as organizações que é o ativo intangível. Tal pesquisa objetivou verificar como estes ativos são evidenciados diante das recentes mudanças da normatização contábil e como estão associados à aplicação do *impairment test*. Foi feita a análise dos balanços patrimoniais das nove principais instituições bancárias brasileiras sobre o aspecto *ex post facto* entre os anos de 2008 e 2010. Os dados coletados foram analisados através de quadro, gráficos e tabelas. Através da pesquisa, foi possível saber

sobre a composição do ativo intangível, tanto na ótica qualitativa, quanto na quantitativa, possibilitando traçar um retrato mais presente deste importante grupo contábil. Houve a conclusão de que é de grande importância um estudo a respeito deste novo grupo de ativo, principalmente por ser um aspecto novo da contabilidade até então pouco explorado, todavia com campo fértil para novas investigações.

Lima, Rigo e Pasqual (2012) desenvolveram uma pesquisa em que o objetivo estabelecido foi o de investigar como os ativos intangíveis são evidenciados nas demonstrações contábeis das dez maiores empresas brasileiras, em capital social, listadas na BMFBovespa do ano de 2011. O estudo evidenciou casos como os das empresas: Petrobrás, Eletrobrás e JBS, em cujos registros de ativos intangíveis foram detectadas contas que surgiram direta ou indiretamente da atividade que desenvolvem, tais como: “direitos e concessões”, “contratos de concessões” e “direitos de exploração de água”. Observou-se, também, que, no caso dos bancos, que consideram os valores de “carteira de clientes” e “direitos sobre a folha de pagamento” como sendo intangíveis. Ainda, pôde-se inferir que o *goodwill* está presente em mais da metade das empresas que foram analisadas.

Na pesquisa realizada por Silva, Rodrigues e Dueñas (2012), foi estabelecido o objetivo de analisar, em primeiro lugar, em que medida os ativos intangíveis nas contas consolidadas de sete bancos portugueses e sete bancos espanhóis, entre 2006 e 2009, são divulgados e, em segundo lugar, analisar quais os fatores mais influentes que exercem força sobre a divulgação mencionada. Com base nisso, foi criado um índice de divulgação a partir requisitos relacionados aos ativos intangíveis como indicado na IAS 38. Logo, duas análises estatísticas foram feitas: uma univariada para cada uma das variáveis explicativas e uma multivariada, em que todas as variáveis foram analisadas. Ambas as análises levaram à conclusão de que o índice de divulgação dos ativos intangíveis nos bancos analisados é satisfatório, na medida em que a dimensão do banco e do grau de internacionalização são as variáveis que podem influenciar o índice de transparência na análise de regressão. Assim, os bancos maiores tendem a uma maior divulgação dos itens exigidos pela IAS 38, e uma maior divulgação dos ativos intangíveis está associada a um menor grau de internacionalização do banco.

Por sua vez, Zago, Mello e Rojo (2013) empreenderam esforços em um estudo, cujo objetivo era o de avaliar a influência dos ativos intangíveis no desempenho de 42 empresas listadas no Índice Bovespa, no corte temporal compreendido nos anos de 2011 e 2012. Foi utilizada a estatística descritiva, correlação e regressão com dados em painel. Houve, portanto, a evidência de que o grau de intangibilidade não apresentou influência significativa sobre o desempenho das empresas. Constatou-se, ainda, que ocorreu um decréscimo na

média do desempenho de 2011 para 2012, enquanto que os graus de intangibilidade e intangibilidade média aumentaram, demonstrando uma possível influência negativa sobre o desempenho.

Lopes *et al.* (2014) desenvolveram uma pesquisa, cuja amostra foi composta por 28 dentre as maiores empresas brasileiras do setor de bens industriais, também listadas na BM&FBovespa, com o objetivo de identificar a forma pela qual são evidenciados os ativos do grupo dos intangíveis. Esta pesquisa foi realizada tomando por base as demonstrações contábeis destas empresas dos anos de 2008 a 2011, diante da qual os resultados estabeleceram que 6,71% das empresas analisadas não divulgaram informações sobre seus Ativos Intangíveis em suas notas explicativas. Ainda, pôde-se depreender que o índice de conformidade das informações divulgadas foi de, em média, 61,94%. Além disso, a pesquisa apontou que, com o passar dos anos, o nível de aderência das companhias analisadas ao CPC 04 foi aumentando.

Por fim, convém citar a pesquisa realizada por Liszbinski *et al.* (2014), em que foi estabelecido o objetivo de analisar a conformidade de um grupo de empresas brasileiras às normativas exigidas para o reconhecimento contábil de ativos intangíveis conforme a teoria institucional. Para tanto, foi feita uma consulta nas demonstrações contábeis de cinquenta empresas classificadas no Índice Bovespa da BM&FBovespa, as quais compuseram a mostra da pesquisa, cujo espaço de tempo das demonstrações analisadas delimitou-se entre os anos de 2006 à 2012, uma vez que este espaço temporal compreende exercícios caracterizados pelas modificações que ocorreram na matriz institucional relacionada aos intangíveis. Os achados demonstram evolução na harmonização das práticas adotadas para o reconhecimento dos intangíveis, cujos níveis de atendimento aos requisitos compulsórios passaram de 32% no ano de 2006 para 84% no ano de 2012, revelando, assim, um nível de convergência gradual destas empresas às referidas normas.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

A descrição de como ela será realizada favorece o pesquisador, pois, deste modo, ele terá certo “controle” sobre seu trabalho de pesquisa, demonstrando conhecimento sobre tal e fazendo com que o pesquisador exerça responsabilidade sobre os dados da pesquisa e sua manipulação.

Conforme Raupp e Beuren (2012), o esboço de como se procederá a pesquisa manifesta-se de maneira importante. Diante disso, serão articulados processos por meio dos quais serão obtidas as respostas para a questão norteadora para a pesquisa. Os autores comentam, ainda, que, em meio à Ciência Contábil, não há um delineamento particular, embora se encontre alguns tipos de pesquisa que podem se adequar em maior proporção à investigação propostas nessa área.

3.1.1 Quanto aos Objetivos

Este trabalho, para atender ao objetivo de pesquisa, descreveu a maneira pela qual as maiores empresas brasileiras de 2013 (elencadas como tal pela Revista Exame no ano de 2014), com informações públicas para o período de 2010 a 2013, evidenciaram os ativos intangíveis que compõem seu patrimônio. Assim, fez-se uso da pesquisa descritiva, uma vez que, segundo Vieira (2002), tal modalidade da pesquisa objetiva o descobrimento e a observância de fenômenos, buscando trilhar um caminho desde a descrição até a classificação e interpretação destes. Para enfatizar esse tipo de estudo, convém citar Moura e Batista (2007, p.9), os quais afirmam que esse tipo de abordagem “proporciona uma melhor visualização da percepção dos respondentes quanto às variáveis em estudo; elementos componentes do conceito e o conceito como um todo”.

3.1.2 Quanto aos Procedimentos

Os procedimentos de coleta e análise de dados na pesquisa científica são a maneira pela qual o estudo será conduzido e, portanto, serão obtidos os dados para análise (RAUPP E BEUREN, 2012). Neste sentido, esta pesquisa classificou-se como documental, pois foram extraídas das demonstrações financeiras e das notas explicativas das empresas escolhidas as informações necessárias à pesquisa. Sá-Silva *et al.* (2009, p. 5) afirmam que “a pesquisa

documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”.

3.1.3 Quanto à Abordagem

Esta pesquisa classificou-se também como qualitativa ao passo que objetivou entender os fenômenos estudados, bem como sua natureza diante da questão problema deste trabalho de pesquisa. Raupp e Beuren (2012, p. 92) afirmam que “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”, ressaltando que “abordar um problema qualitativamente pode ser uma forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social”, fazendo menção ao fato de que é empírico, na Contabilidade, o uso dessa abordagem como tipologia de pesquisa.

3.2 Campo de Estudo

Esta pesquisa objetivou Investigar quais fatores podem influenciar as “maiores empresas” na divulgação dos ativos intangíveis em seus relatórios anuais. Diante disso, partiu-se do *ranking*, divulgado pela revista Exame (2014), onde estão elencadas as 100 maiores empresas brasileiras em faturamento. No entanto, para satisfazer o objetivo de pesquisa, era necessário, primeiramente, que as empresas possuíssem informações públicas e para todo o corte temporal (2011 a 2013) escolhido. A escolha desse período se deu a partir da implantação do pronunciamento técnico CPC 04, o qual passou por revisão em 2010, a fim de que se pudesse melhor analisar o processo de adequação das empresas às suas diretrizes. Nesse sentido, observou-se que 62 delas não possuíam informações públicas, reduzindo o universo para uma amostra de 38 empresas. Todavia, dessas 38 empresas, havia ainda duas que só apresentaram informações para os anos de 2012 e 2013 e outra só apresentou para o ano de 2013, inviabilizando a participação delas na investigação. Assim, a amostra foi composta pelas 35 empresas do *ranking* que têm suas informações disponibilizadas na Bolsa de Valores, referentes aos três anos.

A opção pelas maiores empresas se deu a partir da necessidade encontrada de se observar, além da maneira pela qual são evidenciados os ativos intangíveis, a possibilidade de o registro destes influenciar ou não no valor do patrimônio das corporações em questão. Deste modo, foram analisadas as demonstrações financeiras destas empresas, bem como as notas explicativas dos anos em questão.

3.3 Definição das variáveis e Hipóteses

Para atingir os objetivos dessa investigação, principalmente no sentido de entender quais seriam os determinantes ou fatores que podem influenciar as maiores empresas na divulgação dos ativos intangíveis, fez-se necessário buscar, na literatura, variáveis que estivessem relacionadas teoricamente, direta ou indiretamente, com a evidenciação desses ativos para então analisar, por meio de testes estatísticos, a existência de diferenças nestas variáveis conforme o nível de evidenciação apresentado. Dessa forma, têm-se variáveis independentes ou explicativas, as quais são entendidas como hipóteses para fatores de influência. A partir disso, observa-se também a variável dependente - representada pelo Índice de *Disclosure*.

No que diz respeito à variável dependente, esta pesquisa baseou-se nos estudos de Silva, Rodrigues e Dueñas (2012) que apresentaram um índice de divulgação de ativos intangíveis nas demonstrações financeiras de algumas instituições bancárias na Península Ibérica, tendo como referência os requisitos de divulgação estabelecidos na IAS 38. Utilizou-se o procedimento dicotômico, atribuindo a pontuação "1" para os requisitos de evidenciação atendidos e "0", quando não atendido, permitindo somar a pontuação obtida por cada empresa para comparações posteriores.

Silva, Rodrigues e Dueñas (2012) mencionam a metodologia desenvolvida por Cooke (1989) na análise da evidenciação, na qual parte-se da concepção de que o índice de transparência das empresas que não divulgam itens não relevantes ou que não divulgam determinados itens por não se aplicar não deve ser penalizado, isto é, há empresas que, diante de algumas circunstâncias, não têm a obrigatoriedade de contemplar determinados itens orientados pelo referido pronunciamento ou tais itens podem não ser aplicados à empresa, o que a exime de penalidade no que concerne à divulgação destes.

Assim, nesse estudo partiu-se da mesma linha de raciocínio defendida por Silva, Rodrigues e Dueñas (2012) e considerou-se que, se um determinado item de evidenciação exigido pelo CPC 04 não se aplica a uma entidade, ele não poderia ser considerado como denominador na análise, pois, se assim o fizesse, uma vez que essas informações não foram divulgadas, o índice de divulgação dessa empresa seria penalizado. Assim, ao passo que se exclui do cálculo do índice os itens que não se aplicam àquela empresa, ele passa a ser maior.

Assim, o Índice de Divulgação foi obtido por meio do cálculo da pontuação dos elementos divulgados ou desses itens que são aplicáveis, e os índices de divulgação foram obtidos conforme descrito a seguir.

A pontuação da divulgação dos Ativos Intangíveis (D), conforme o CPC 04, é obtida a partir da equação (1):

$$D = \sum_{i=1}^m ei \quad (1)$$

Em que:

- ei - Elementos divulgados sobre o ativo intangível i sendo atribuído “0”, se o elemento i não é divulgado, e “1”, se o elemento i é divulgado;
- m – Número máximo de elementos evidenciados ($m \leq n$).
- n – Número de itens do *cheque list*

A pontuação, dos ativos intangíveis, aplicável (A) é obtida a partir da equação (2)

$$A = \sum_{i=1}^m ei \quad (2)$$

Em que:

- ei - Elementos divulgados sobre o ativo intangível i sendo atribuído “0”, se o elemento i não é divulgado, e “1”, se o elemento i é divulgado;
- m – Número máximo de elementos evidenciados ($m \leq 19$).

Assim, o Índice de Evidenciação (DIV 04) é obtido a partir da relação entre as pontuações resultantes das equações 1 e 2, ou seja:

$$DIV\ 04 = \frac{D}{A} \quad (3)$$

É importante ressaltar que este índice indica apenas a divulgação de informações sobre um item específico nos relatórios financeiros, mas não analisa a qualidade dessa divulgação.

Quanto às variáveis independentes, a sua definição tomou por base pesquisas anteriores relacionadas ao *disclosure* de Intangíveis, como Silva, Rodrigues e Dueña (2012), Omoye (2013) e Brighenti, Chiarello e Rosa (2014).

Grandes empresas geralmente estão sujeitas a uma maior regulação e, conseqüentemente, sofrem maior pressão política que resulta em um aumento da divulgação com a finalidade de reduzir os custos políticos aos quais está sujeita, decorrentes de conflitos que possam surgir a partir de divulgação de informações de qualidade inferior (WHITE; LEE; TOWER, 2007; GALLERY *et al.*, 2008), além de atraírem maior interesse e visibilidade pública (GERPOTT *et al.*, 2008; BRANCO; RODRIGUES, 2008). Silva, Rodrigues e Dueña (2012) acreditam que o tamanho de uma empresa é uma das variáveis mais utilizadas quando se objetiva estudar determinantes de divulgação e, na maior parte de estudos dessa natureza, consegue explicar a variabilidade das divulgações. A variável: tamanho (SIZE), ainda segundo esses autores, apresenta-se como uma medida de visibilidade política e pública, que, por sua vez, incentiva a produção de informações em busca de vantagens competitivas. Assim, considerando o tamanho da empresa, espera-se que quanto maior for maior será a transparência em termos de divulgação, o que impulsiona a estabelecer a primeira hipótese como sendo:

H₁ – Há uma relação positiva entre o tamanho da empresa e a divulgação dos ativos intangíveis em suas demonstrações financeiras.

A variável SIZE na literatura é mensurada de diversas formas, seja pela capitalização do mercado, valor de vendas, número de empregados, logaritmo total do ativo, logaritmo do valor patrimonial, às vezes até combinando essas mensurações (OLIVEIRA; RODRIGUES; CRAIG, 2006; SILVA; RODRIGUES; DUEÑAS, 2012). No entanto, para esta pesquisa considerou-se o logaritmo natural do Ativo como *Proxy* do tamanho da empresa. Importante ressaltar que o logaritmo natural foi utilizado para que esta variável fosse representada em escala logarítmica e não em grandeza monetária, o que possibilita uma redução na variância das séries (RODRIGUES, 1999).

Outra variável utilizada por Oliveira, Rodrigues e Craig (2006) assim como por Silva, Rodrigues e Dueñas (2012) diz respeito à Rentabilidade (RENT), isso porque as empresas mais lucrativas tendem a divulgar mais informações como forma de demonstrar seu desempenho, sendo também uma variável comumente usada em estudos de determinação de divulgação.

No entanto, Oliveira, Rodrigues e Craig (2006) e Silva, Rodrigues e Dueñas (2012) alertam que não há consenso nos resultados da associação desta variável com a divulgação de ativos intangíveis. Embora alguns estudos tenham confirmado uma associação positiva não foi provado ser assim em outros. Assim, a segunda hipótese associa a rentabilidade com a divulgação, mas não se posiciona a respeito da orientação da variação, ou seja:

H₂ – O índice de divulgação dos ativos intangíveis varia de acordo com a rentabilidade das empresas, embora a direção dessa variação não possa ser prevista.

De acordo com Silva, Rodrigues e Dueñas (2012), a rentabilidade é geralmente medida pelo Retorno sobre ativos (ROA) ou pelo Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) que serviram como *proxies* nesse estudo.

A representatividade dos Ativos Intangíveis em relação ao Ativo Total da empresa (PIBA) é outra variável que foi considerada nos estudos de Silva, Rodrigues e Dueñas (2012), pois, acredita-se que, quanto mais representativos forem, mais a empresa é incentivada a divulgar informações sobre essa classe de ativos e essa foi a hipótese considerada em outros estudos sobre divulgação como Gandía (2003), Boesso e Kumar (2007) e Ollier *et al.* (2010) e, em todos eles, acreditava-se em uma associação positiva entre representatividade dos Intangíveis e divulgação de informações sobre o mesmo. Assim, estabeleceu-se a terceira hipótese desse estudo como sendo:

H₃ – As empresas com o maior valor de ativos intangíveis contabilizados em seus Balanços mostram um índice de evidência superior.

Seguindo a orientação do pronunciamento técnico CPC 04, as empresas devem divulgar seus intangíveis agrupados por classes. Assim, na mesma linha de raciocínio da representatividade e complementar à ela, acredita-se que pode haver um alinhamento entre o nível de intensidade de investimento nos intangíveis, ou seja, a quantidade de classes de ativos divulgadas (CLA) ao seu nível de diversidade. Logo, objetivando estudar a divulgação de ativos intangíveis, acredita-se que uma maior divulgação de ativos intangíveis pode levar uma empresa a divulgar mais informações, visto que um maior número de classes de intangíveis poderia incentivar divulgações mais amplas e variadas sobre eles (SILVA; RODRIGUES; DUEÑAS, 2012). Com base no disposto, é possível formular a seguinte hipótese para esse estudo:

H₄ – Quanto maior o número de ativos intangíveis a empresa apresenta, maior é a evidência de Ativos Intangíveis.

Alguns autores (OLIVEIRA; RODRIGUES; CRAIG, 2006; QUEVEDO, 2003; SILVA; RODRIGUES; DUEÑAS, 2012) acreditam que a extensão da área geográfica em que a instituição desenvolve suas atividades está ligada à sua posição competitiva e, portanto, a internacionalização (INT) faz com que se aumente a atenção sobre as ações destas, uma vez que são observadas por um maior número de interessados. Nesse contexto, a presente pesquisa procurou medir tal nível de internacionalização a partir do número de países onde as empresas possam estar situadas, tentando, dessa forma, estabelecer se há ou não influência desta variável na divulgação de informações dos ativos intangíveis (uma *Proxy* alternativa utilizada por Rodrigues, Oliveira e Craig (2007) para medir o grau de internacionalização é a relação entre exportações e receita total) o que permite a formulação da seguinte hipótese para este estudo:

H₅ – A divulgação dos ativos intangíveis é maior em empresas com um nível de internacionalização maior.

Conhecidas como *Big Four*, as quatro maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo (isto é, a Deloitte & Touche, KPMG, PricewaterhouseCoopers e CapGemini Ernst and Young) são constantemente associadas à qualidade de relatórios financeiros. Alguns autores (OLIVEIRA *et al.*, 2006; OMOYE, 2013) afirmam que as empresas, cuja auditoria é de responsabilidade das *Big Four*, são suscetíveis a divulgar mais informações sobre os intangíveis do que aquelas auditadas por outras empresas de auditoria. Assim como o fato de a auditoria (AUDIT) ser considerada como um mecanismo para reduzir os custos de agência diminuindo a lacuna de informação e aumentando a credibilidade das divulgações (OLIVEIRA; RODRIGUES; CRAIG, 2006), fato que leva a acreditar que as *Big Four* encorajam seus clientes a divulgar mais informações em seus relatórios financeiros. Diante disso, a sexta hipótese deste estudo formula-se como a seguinte:

H₆ – As empresas auditadas pelas *Big Four* têm um nível maior de divulgação de ativos intangíveis do que às auditadas por outras empresas de auditoria.

Omye (2013) propõe que as empresas “mais velhas” e, por conseguinte, mais estabelecidas no mercado, estão mais suscetíveis a possuir uma cadeia de criação de valor a partir de Ativos Intangíveis como parte de suas atividades operacionais, visto que tais empresas tiveram mais tempo para estabelecer suas redes de clientes e fornecedores, dentre outras ações no âmbito mercadológico. Diante disso, surge a formulação da sétima hipótese deste estudo:

H₇ – As empresas que estão há mais tempo no mercado divulgam mais ativos intangíveis que aquelas que estão a menos tempo no mercado.

Considerando as variáveis independentes definidas e contextualizadas, apresenta-se no Quadro 2 um resumo das mesmas, incluindo mensuração e sinal esperado.

Quadro 2 - As variáveis independentes e as Hipóteses formuladas nesta Pesquisa

Variáveis Independentes	Descrição	Mensuração	Sinal Esperado
SIZE	Tamanho	LOG do Ativo Total	+
RENT _{ROA}	Rentabilidade	Retorno sobre o Ativo	+/-
RENT _{ROE}	Rentabilidade	Retorno sobre o patrimônio	+/-
PIBA	Proporção dos Intangíveis no Balanço	Intangível/Ativo Total	+
CLA	Classe de Intangíveis	Número de classes de Intangíveis reconhecidos de acordo com o CPC 04	+
INT	Nível de Internacionalização	Número de países incluídos nas companhias consolidadas	+
AUDIT	Empresas de Auditoria	"1" se <i>Big Four</i> , "0" se Outras empresas de auditoria	+
AGE	Idade da Empresa	Tempo que a empresas está inserida no mercado	+

Fonte: Elaboração própria

3.4 Instrumento e procedimentos para coleta de dados

Definida a amostra da investigação, coletaram-se as informações secundárias obtidas a partir dos relatórios financeiros dessas empresas, no site da BM&F Bovespa e da Comissão de Valores Mobiliários.

Logo que a empresa foi encontrada na lista disponibilizada pela Bolsa de Valores, foram coletadas todas as informações necessárias a este estudo. Coletadas as Notas Explicativas das 35 empresas que compuseram a amostra desta pesquisa, referentes aos três anos analisados, deu-se continuidade a partir da análise cuidadosa de cada uma delas, a fim de satisfazer o objetivo do estudo.

Por conseguinte, diante da finalidade de verificar como as maiores empresas brasileiras (conforme a revista Exame 2014) estão evidenciando as informações relacionadas aos ativos intangíveis, foi elaborado um *check list* (Quadro 3), desenvolvido a partir dos requisitos elencados pelo pronunciamento técnico nº. 04 (R1) (2010), emitido pelo CPC, que representou o instrumento de coleta de dados necessários ao estudo.

Quadro 3 - Check List para análise da evidenciação dos ativos intangíveis

Item	Check List
-	A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos intangíveis, fazendo a distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:
1	O valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;
2	A rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
-	A conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando:
3	(i) adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno;
4	(ii) as adquiridas;
5	(iii) as adquiridas por meio de uma combinação de negócios;
6	(iv) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas;
7	(v) aumentos ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 75, 85 e 86 do CPC 04 (R1) e perdas por desvalorizações de ativos reconhecidas ou revertidas diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o CPC 01;
8	(vi) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o CPC 01 (se houver);
9	(vii) reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período, de acordo com o CPC (se houver);
10	(viii) qualquer amortização reconhecida no período;
11	(ix) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade;
12	(x) outras alterações no valor contábil durante o período.
-	A entidade também deve divulgar:
13	Em relação a ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida, o seu valor contábil e os motivos que fundamentam essa avaliação. Ao apresentar essas razões, a entidade deve descrever os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil indefinida do ativo;
14	Uma descrição, o valor contábil e o prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;
-	Em relação a ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo:
15	(i) o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos;
16	(ii) seu valor contábil;
17	(iii) se são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou de reavaliação;
18	A existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações;
19	O valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis.

Fonte: Baseado no CPC 04 (R1) (2010)

Os dados coletados foram tabulados em uma planilha eletrônica do Microsoft Excel para que pudessem ser organizados e analisados, posteriormente, com a finalidade de determinar o Índice de Divulgação, que constitui a variável dependente do estudo.

3.5 Modelo estatístico

Considerando o objetivo desta pesquisa que é investigar quais fatores podem influenciar as “maiores empresas” na divulgação dos ativos intangíveis em seus relatórios anuais e considerando as variáveis apresentadas na seção 3.3, fica evidente que, intrinsecamente, este estudo busca analisar se existe relação de dependência entre a variável explicada (Índice de divulgação do CPC 04 - *DIV04*) e as variáveis explicativas (*SIZE*, *RENT_{ROA}*, *RENT_{ROE}*, *PIBA*, *CLA*, *INT*, *AUDIT* e *AGE*), ou seja, a solução para a questão problema norteadora desta pesquisa virá a partir do desenvolvimento de uma análise de regressão. Pelo fato deste estudo contemplar mais de uma variável explicativa, o modelo em estudo será estabelecido a partir de uma Regressão Múltipla que se diferencia das Regressões Simples pelo fato de fazer uma avaliação simultânea da influência das variáveis independentes sobre a variável dependente.

Segundo Hair *et al.* (1998), a Regressão Linear Múltipla (RLM) é amplamente utilizada em problemas de estimação e em problemas de explicação. Quando a RLM é utilizada com o propósito de explicação, como é o caso da presente investigação, avalia-se o grau e o caráter das relações entre variáveis dependentes e independentes, a importância das variáveis independentes, os tipos de relações encontradas e as inter-relações entre as variáveis independentes.

Assim, a RLM é um modelo estatístico usado quando uma associação linear deveria existir entre uma variável dependente e um conjunto de variáveis independentes, buscando influências das variáveis explicativas sobre a variável explicada e não as causas que produzem estas variáveis (PESTANA; GAGEIRO, 2000). Assim, pode-se escrever o modelo de regressão do seguinte modo:

$$DIV04 = \beta_0 + \beta_1 SIZE + \beta_2 RENT_{ROA} + \beta_3 RENT_{ROE} + \beta_4 PIBA + \beta_5 CLA + \beta_6 INT + \beta_7 AUDIT + \beta_8 AGE + \xi_i x \quad (4)$$

Onde *DIV04* é a variável dependente, *SIZE*, *RENT_{ROA}*, *RENT_{ROE}*, *PIBA*, *CLA*, *INT*, *AUDIT* e *AGE* são as variáveis independentes, ξ é o termo de erro estocástico. O β_0 é o intercepto e os demais β são denominados de coeficientes parciais da regressão. Em outras palavras, a equação da regressão vai resultar em um valor esperado, ou média condicional de *DIV04*,

obtido a partir dos valores das variáveis independentes que pode, ou não, se aproximar ao valor da variável independente calculada a partir da análise do *check list* dos itens de evidenciação do CPC 04.

Para a operacionalização do modelo, segundo Gujarati (2006) e Pestana e Gageiro (2000) faz-se o atendimento de algumas premissas para que possa se fazer inferências relacionadas aos verdadeiros coeficientes das variáveis explicativas do modelo e conseqüentemente possam ser realizadas interpretações confiáveis das estimativas da regressão.

- a. Linearidade do fenômeno em estudo;
- b. Variáveis independentes não estocásticas;
- c. O termo do erro ξ tem valor médio de zero, distribuição normal;
- d. Homocedasticidade, ou seja, erros com variâncias idênticas;
- e. Ausência de correlação entre os erros, sendo independentes entre si;
- f. Covariância igual a zero entre ξ e cada variável independente;
- g. Não há colinearidade exata entre as variáveis independentes; e
- h. Ausência de tendência de especificação, ou seja, o modelo está corretamente especificado.

Aliado à análise de Regressão, com a finalidade de medir a contribuição que uma variável independente exerce na variação da dependente, tem-se o coeficiente de correlação de Pearson. Segundo Pestana e Gageiro (2000, p. 146), o Coeficiente de Correlação R de Pearson “é uma medida de associação linear entre variáveis quantitativas e que varia de -1 a 1” e cuja qualidade da relação linear é mais forte nesses extremos. Em outras palavras, este coeficiente varia de -100% a 100% e, quanto maior for a relação linear entre variáveis, maior a proximidade a estes extremos e, quanto mais próximo de zero maior o indício de ausência de correlação e, portanto, conclui-se que a relação causal entre as variáveis não existe ou não pode ser determinado.

Este coeficiente pode indicar, ainda, uma associação negativa se as variáveis em análise apresentarem variação em sentido contrário, ou seja, enquanto uma aumenta a outra diminui, ou uma associação positiva, se as variáveis apresentarem variações no mesmo sentido (PESTANA; GAGEIRO, 2000).

Para tanto, conforme explicita Pestana e Gageiro (2000, p. 146), “o coeficiente de correlação R de Pearson assume que os dados provêm de duas populações normais” e, quando a dimensão da amostra for inferior a 50, recorre-se aos testes de Shapiro-Wilke ou K-S para a hipótese de normalidade.

O Coeficiente de Correlação R de Pearson elevado ao quadrado passa a medir a qualidade do ajustamento da equação de regressão, ou seja, quanto da variação total de *DIV04* que é explicada conjuntamente pelas variáveis independentes, e é chamada de Coeficiente de Determinação ou R^2 . O R^2 varia de 0 a 1 (ou de 0 a 100%) e quanto mais próximo de 1 (ou de 100%) melhor a qualidade do ajustamento.

Através do método *stepwise*, também chamado de passo a passo, será examinada a contribuição adicional de cada variável independente inserida no modelo, uma vez que cada variável é considerada para inclusão antes do desenvolvimento da equação (CUNHA; COELHO, 2009). No início, será realizada uma regressão simples em que haverá a escolha da variável explicativa com maior coeficiente de correlação com a variável explicada e as demais vão sendo selecionadas a partir de sua contribuição incremental à equação do modelo, ou seja, a cada nova variável incluída no modelo o teste F é realizado, a fim de examinar se a contribuição das variáveis que já estiverem inseridas no modelo continua significativa. O processo continua até que seja avaliada a inclusão de todas as variáveis independentes, bem como a reação das que já estiverem inclusas no modelo.

A partir dos resultados obtidos através do modelo de RLM, haverá a possibilidade de se fazer as análises no que concerne às variações ocorridas no poder explicativo desta a partir da inclusão gradativa de cada variável independente, revelando: o grau de explicação dos modelos estabelecidos, a partir da comparação de seus respectivos R^2 ajustado e os erros-padrões da estimativa (*Model Summary*); se a variável estatística exerce ou não influência sobre a variável dependente e se o modelo é significativo (ANOVA); quais variáveis devem ser excluídas dos modelos através dos níveis encontrados de correlação parcial (*Excluded Variables*); as equações encontradas e a comprovação da significância dos coeficientes (*Coefficients*), sendo gerado, pelo *software* utilizado para análise dos dados, o modelo final estimado.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Diante do objetivo estabelecido para esta pesquisa, o qual se configura a partir da investigação da maneira pela qual as empresas mais lucrativas do Brasil, em 2013, tratam os ativos intangíveis que estão sob sua posse, bem como quais os fatores que podem influenciar as “maiores empresas” na divulgação dos ativos intangíveis em seus relatórios anuais e, considerando as variáveis já definidas na seção 3.3, passa-se a apresentar o tratamento estatístico dado as mesmas.

4.1 Índice de Divulgação de Ativos Intangíveis a partir do *Check List*

Depois de coletadas as informações nas Notas Explicativas das Empresas em análise, a partir da observância de cada item cobrado pelo CPC 04 constante no *check list*, chegou-se ao seguinte resultado:

Tabela 1 – Empresas com maiores e menores Índices de Divulgação

EMPRESAS	Período		
	2011	2012	2013
Net	89%	89%	91%
Cielo	80%	77%	82%
Lojas Americanas	77%	80%	80%
Magazine Luiza	83%	82%	75%
Usiminas	75%	82%	82%
Souza Cruz	17%	20%	25%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Nota: Resultado de todas as empresas, em anexo.

Ao se projetar para os Índices das Empresas, em particular, o destaque foi para a empresa NET que alcançou, nos três anos, os maiores resultados em relação às demais empresas que compuseram a amostra deste estudo. Em seguida, observou-se que a Cielo, as Lojas Americanas, o Magazine Luiza e a Usiminas também obtiveram resultados significativos ($\geq 80\%$) em, pelo menos, dois dos três anos analisados.

A empresa Souza Cruz alcançou os menores índices de divulgação de intangíveis, segundo os dados coletados, obtendo números que não conseguiram chegar nem à metade da média estabelecida nos curso de tempo observado ($\leq 25\%$). Todavia, é válido ressaltar que tal empresa obteve um crescimento de 3% do primeiro para o segundo ano e de 5% do segundo para o terceiro ano, totalizando 8% de crescimento do Índice. Isso permite inferir que ela acompanhou o crescimento gradual, obtido pelo conjunto das empresas, na média

de divulgação, mesmo não demonstrando um percentual representativo de divulgação de seus intangíveis.

Tabela 2 - DIV04 Total e Média dos três anos

	Período		
	2011	2012	2013
DIV04 TOTAL	59%	60%	63%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO	60,67%		

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Nota: Resultado de todas as empresas, em anexo.

Do exposto, fica evidente que a média de evidenciação dos Ativos Intangíveis nas “maiores empresas” brasileiras obteve um crescimento gradual no decorrer dos três períodos analisados. Em 2011 o DIV04 foi estabelecido numa proporção de 59%, passando para 60% no período subsequente, chegando a 63% no último ano analisado, totalizando um crescimento de 4% na média de divulgação. Tal crescimento pode, ainda, parecer baixo, mas cabe ressaltar que a média dos três anos alcança um Índice razoável de divulgação e o fato da evolução gradual ser evidente pode se perpetuar nos períodos posteriores.

No que concerne aos itens do CPC 04 que direcionam a divulgação de intangíveis, a Tabela 3 traz os que se destacaram tanto no sentido dos que mais foram divulgados quanto os que menos o foram.

Tabela 3 - Itens do *check list* mais divulgados e os menos divulgados

ITENS	Período		
	2011	2012	2013
O valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;	35	35	35
(viii) qualquer amortização reconhecida no período;	35	35	35
(x) outras alterações no valor contábil durante o período.	35	35	35
Em relação a ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo:	-	-	-
(i) o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos;	1	0	0
(ii) seu valor contábil;	1	0	0
(iii) se são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou de reavaliação;	0	0	0
A existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações;	0	4	1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Nota: Resultado de todos os itens, em anexo.

Diante disso, percebe-se que os itens mais divulgados pelas empresas estudadas foram: o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais perdas acumuladas no valor

recuperável) no início e no final do período; qualquer amortização reconhecida no período; e outras alterações no valor contábil. Os que foram divulgados em menor ou nenhuma proporção foram: os ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais; e os ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações.

4.2 Estimação do Modelo

Inicialmente foi utilizado o método *Stepwise*, que inclui as variáveis independentes no modelo a partir da correlação apresentada por este, em relação à variável dependente.

Assim, a primeira etapa do processo se dá a partir da análise da matriz de correlação (Tabela 4) da qual se pode identificar as variáveis independentes que apresentaram maior correlação, tanto com a variável dependente (DIV04) quanto entre si, aliada à alta significância estatística (menor que 0,05) como sendo CLA, ROA e ROE, em ordem decrescente de correlação, sendo incluídas no modelo nessa ordem.

Tabela 4 - Pearson Correlation

	DIV04	SIZE	ROA	ROE	PIBA	CLA	INT	AGE	AUDIT
DIV04	1	0,03	-0,263	-0,12	0,077	0,274	0,08	-0,13	-0,107
Sig. (1-tailed)		0,382	0,003	0,112	0,217	0,002	0,209	0,093	0,139
SIZE	0,03	1	-0,172	-0,124	-0,089	0,212	0,635	-0,078	-0,092
Sig. (1-tailed)	0,382		0,039	0,104	0,182	0,015	0	0,213	0,176
ROA	-0,263	-0,172	1	0,855	-0,007	-0,146	-0,17	0,216	0,069
Sig. (1-tailed)	0,003	0,039		0	0,473	0,068	0,041	0,013	0,243
ROE	-0,12	-0,124	0,855	1	-0,017	-0,08	-0,206	0,2	0,044
Sig. (1-tailed)	0,112	0,104	0		0,431	0,208	0,018	0,02	0,327
PIBA	0,077	-0,089	-0,007	-0,017	1	-0,05	-0,038	0,068	-0,027
Sig. (1-tailed)	0,217	0,182	0,473	0,431		0,306	0,35	0,244	0,393
CLA	0,274	0,212	-0,146	-0,08	-0,05	1	-0,028	-0,237	-0,217
Sig. (1-tailed)	0,002	0,015	0,068	0,208	0,306		0,389	0,007	0,013
INT	0,08	0,635	-0,17	-0,206	-0,038	-0,028	1	0,09	0,059
Sig. (1-tailed)	0,209	0	0,041	0,018	0,35	0,389		0,182	0,274
AGE	-0,13	-0,078	0,216	0,2	0,068	-0,237	0,09	1	0,184
Sig. (1-tailed)	0,093	0,213	0,013	0,02	0,244	0,007	0,182		0,03
AUDIT	-0,107	-0,092	0,069	0,044	-0,027	-0,217	0,059	0,184	1
Sig. (1-tailed)	0,139	0,176	0,243	0,327	0,393	0,013	0,274	0,03	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A Tabela 5, dentre outras informações, apresenta o Coeficiente de Correlação (R), que reflete o grau de associação entre a variável dependente e a(s) variável/váriáveis independente(s) incluídas em cada modelo e o Coeficiente de Determinação (R²) que indica o percentual da variação de DIV04 que é explicada pela variação ocorrida nas variáveis independentes.

Dessa forma, observa-se que 7,5% das variações no Índice de Divulgação no modelo 1 são explicadas pela variável CLA, com erro padrão de, aproximadamente, 0,15, correspondente à diferença entre o DIV04 observado e aquele estimado pelo modelo. O modelo 2 por sua vez, passa a incluir a variável ROA que, juntamente com CLA, passa a explicar 12,6% de DIV04 e, por fim, o modelo 3, que trabalha com as variáveis CLA, ROA e ROE, explica 15,9% da variável explicada.

Observa-se, então, que a inclusão de variáveis no modelo resultou em um incremento no poder de explicação, passando de 7,5% para 15,9% que, embora ainda represente um poder de explicação baixo, encontrou-se relação entre as variáveis do estudo. O Erro-padrão de estimativa (*Std. Error of the Estimate*), como medida de precisão, também reduziu entre os modelos, demonstrando o maior ajustamento do modelo 3.

Tabela 5 - Model Summary^d

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics				Durbin-Watson	
					R Square Change	F Change	df1	df2		Sig. F Change
1	,274 ^a	,075	,066	,14881339	,075	8,360	1	103	,005	1,112
2	,355 ^b	,126	,109	,14539214	,051	5,904	1	102	,017	1,063
3	,398 ^c	,159	,134	,14332616	,033	3,962	1	101	,049	1,115

a. Predictors: (Constant), CLA

b. Predictors: (Constant), CLA, ROA

c. Predictors: (Constant), CLA, ROA, ROE

d. Dependent Variable: DIV04

Fonte: Dados da Pesquisa

A Tabela 6 traz a Análise de Variância (ANOVA) que apresenta a Soma dos quadrados (*Sum of squares*) que são os resíduos quadrados obtidos pelas predições, onde mais uma vez se observa a redução desses resíduos do modelo 1 para o modelo 3, muito embora observe-se também que os resíduos superam a explicação do modelo.

Tabela 6 - ANOVA^a

Model		Sum of Squares	Df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	,185	1	,185	8,360	,005 ^b
	Residual	2,281	103	,022		
	Total	2,466	104			
2	Regression	,310	2	,155	7,331	,001 ^c
	Residual	2,156	102	,021		
	Total	2,466	104			
3	Regression	,391	3	,130	6,350	,001 ^d
	Residual	2,075	101	,021		
	Total	2,466	104			

a. Dependent Variable: DIV04

b. Predictors: (Constant), CLA

c. Predictors: (Constant), CLA, ROA

d. Predictors: (Constant), CLA, ROA, ROE

Fonte: Dados da Pesquisa

A ANOVA traz ainda o Teste F, que mede a contribuição da inclusão de cada variável no modelo, testando a hipótese de um R^2 igual a zero, ou seja, de que as variáveis do modelo não explicam a variação de DIV04. Desse modo, para todos os modelos esse teste não mostrou evidências estatísticas de nulidade dos coeficientes dos parâmetros das variáveis independentes consideradas nos respectivos modelos.

Ao final do Modelo 3, observa-se na Tabela 7 (*Excluded Variables*) que não há mais variável que tenha capacidade de explicação significativa a 5%, rejeitando-as e cessando a inclusão de variáveis no modelo, o que não aconteceu no modelo 1 e 2 que, ao incluir as variáveis CLA e ROA, respectivamente, ainda apontava outra variável que podia ser incluída no modelo por apresentar significância do teste t menor que 5%. Isso implica dizer que, ao incluir mais variáveis no modelo não obterá incremento significativo no poder explicativo do modelo.

Tabela 7 - Excluded Variables^a

Model	Beta In	T	Sig.	Partial Correlation	Collinearity Statistics	
					Tolerance	
1	SIZE	-,030 ^b	-,306	,760	-,030	,955
	ROA	-,227 ^b	-2,430	,017	-,234	,979
	ROE	-,098 ^b	-1,035	,303	-,102	,994
	PIBA	,091 ^b	,961	,339	,095	,997
	INT	,088 ^b	,923	,358	,091	,999
	AGE	-,069 ^b	-,702	,484	-,069	,944
	AUDIT	-,050 ^b	-,510	,611	-,050	,953
2	SIZE	-,065 ^c	-,676	,501	-,067	,935
	ROE	,351 ^c	1,990	,049	,194	,267
	PIBA	,088 ^c	,949	,345	,094	,997
	INT	,049 ^c	,522	,602	,052	,968
	AGE	-,026 ^c	-,265	,792	-,026	,910
	AUDIT	-,041 ^c	-,430	,668	-,043	,952
3	SIZE	-,071 ^d	-,746	,458	-,074	,934
	PIBA	,091 ^d	,999	,320	,099	,997
	INT	,071 ^d	,760	,449	,076	,956
	AGE	-,035 ^d	-,369	,713	-,037	,908
	AUDIT	-,039 ^d	-,415	,679	-,041	,952

a. Dependent Variable: DIV04

b. Predictors in the Model: (Constant), CLA

c. Predictors in the Model: (Constant), CLA, ROA

d. Predictors in the Model: (Constant), CLA, ROA, ROE

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A próxima etapa é avaliar a equação da regressão. A Tabela 8 apresenta os coeficientes não estandardizados, os seus desvios-padrões, os coeficientes estandardizados (Beta), os testes t, para os 3 modelos gerados. As correlações de ordem zero correspondem ao R de Pearson. Cabe ressaltar que os Testes t, permitem testar a hipótese nula de inexistência de uma relação linear entre DIV04 com cada uma das variáveis explicativas e as constantes consideradas nos modelos, dando a indicação de variáveis que podem ser ou não eliminadas do modelo.

Tabela 8 - Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	T	Sig.	Correlations		
		B	Std. Error	Beta			Zero-order	Partial	Part
1	(Constant)	,504	,038		13,144	,000			
	CLA	,024	,008	,274	2,891	,005	,274	,274	,274
2	(Constant)	,536	,040		13,494	,000			
	CLA	,021	,008	,241	2,572	,012	,274	,247	,238
	ROA	-,004	,002	-,227	-2,430	,017	-,263	-,234	-,225
3	(Constant)	,550	,040		13,825	,000			
	CLA	,19	,008	,225	2,427	,017	,274	,235	,221
	ROA	-,10	,003	-,530	-2,980	,004	-,263	-,284	-,272
	ROE	,002	,001	,351	1,990	,049	-,120	,194	,182

a. Dependent Variable: DIV04

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Desse modo, pode-se observar que, em qualquer um dos modelos, os testes t apresentam um nível de significância menor que 0,05, pelo que se conclui que cada variável independente tem poder explicativo sobre o Índice de Divulgação (DIV04), pois seus coeficientes são diferentes de zero. No entanto, os valores dos níveis de significância dos testes t não podem ser usados para avaliar a contribuição de cada variável independente, uma vez que, se elas estiverem correlacionadas entre si, esses níveis de significância são afetados. Desse modo, para se avaliar a contribuição das variáveis explicativas no modelo, Pestana e Gageiro (2000) apontam que se deve observar os valores do teste t que mais se afastem de 2, em valor absoluto, o que se percebe que a variável ROE, apresenta contribuição limitada, uma vez que apresenta, para o teste t, o valor de 1,99.

O Coeficiente padronizado Beta (*Unstandardized Coefficients*) apresenta os coeficientes de cada variável que, por sua vez, representam o quanto a variação de uma unidade daquela variável provoca de variação na variável dependente, por exemplo, o acréscimo de uma

classe (CLA) de ativos intangíveis provocaria, conforme o modelo, um aumento de 19% no Índice de Evidenciação (DIV04).

Do exposto, o modelo final estimado é dado por:

$$DIV04 = 0,550 + 0,19CLA - 0,10ROA + 0,002ROE \quad (5)$$

Interessante observar também que o ROA tem efeito negativo sobre o Índice de divulgação, isto é, o fator “retorno sobre o ativo” provoca um decréscimo no Índice de Evidenciação, o que permite afirmar que quanto maior for a rentabilidade sobre o ativo, menor será o Índice de divulgação de Intangíveis. Pelo fato de não ser preciso o consenso nos resultados da associação desta variável com a divulgação de ativos intangíveis, não houve nesse estudo geração de expectativa quanto à orientação da variável em questão, cujo sinal esperado poderia ser tanto positivo quanto negativo.

Sobre este fato, alguns estudos confirmam uma associação positiva da ROA com o Índice de Divulgação, como, por exemplo, nos achados de Brighenti, Chiarello e Rosa (2014) que constataram haver uma concentração relevante do retorno sobre os ativos frente ao índice de divulgação de ativos intangíveis. Porém, não houve a obtenção de mesmo resultado em outros, como é o caso evidenciado no estudo de Zago, Mello e Rojo (2013), em que a variável ROA provocou um decréscimo de 43,3% no grau de intangibilidade de 2011 para 2012, nas empresas analisadas.

4.3 Diagnóstico do modelo estimado

Após a estimação do modelo, passa-se agora a avaliar as premissas ou pressupostos que garantem a integridade dos testes de ajustamento e de significância do modelo final estimado, especificamente quanto às hipóteses de Multicolinearidade entre as variáveis independentes, da independência e da normalidade dos erros, assim como a hipótese de Homocedasticidade.

A multicolinearidade examina a existência de correlação entre as variáveis independentes, ou seja, quando duas ou mais variáveis independentes contém informações similares, que levariam a dificuldades em isolar o efeito de cada uma sobre a variável dependente. Importante salientar, ainda, que a multicolinearidade prejudica a capacidade preditiva do modelo e a interpretação do efeito das variáveis explicativas sobre a variável explicada.

Tabela 9 - Diagnóstico da Multicolinearidade

Coefficients ^a			Collinearity Diagnostics						
Model	Collinearity Statistics		Dimension	Eigenvalue	Condition Index	Variance Proportions			
	Tolerance	VIF				(Constant)	CLA	ROA	ROE
1	(Constant)		1	1,925	1,000	,04	,04		
	CLA	1,000	1,000	2	,075	5,082	,96	,96	
2	(Constant)		1	2,249	1,000	,02	,02	,07	
	CLA	,979	1,022	2	,681	1,817	,01	,03	,86
	ROA	,979	1,022	3	,069	5,689	,96	,95	,08
3	(Constant)		1	2,646	1,000	,01	,01	,02	,02
	CLA	,971	1,030	2	1,162	1,509	,02	,03	,03
	ROA	,263	3,796	3	,128	4,554	,03	,09	,74
	ROE	,267	3,739	4	,065	6,375	,94	,86	,21

a. Dependent Variable: DIV04

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A Tabela 9 apresenta o diagnóstico da multicolinearidade, tanto pelo VIF (*Variance Inflation Factor*) e *Tolerance* como pela Análise de Variância. Segundo Cunha e Coelho (2009) o indicador *Tolerance* faz uma estimação de uma regressão considerando cada variável independente como sendo dependente em relação as demais e subtrai de 1 o R² dessa regressão, no intuito de obter o quanto da variação que não está sendo explicada. Logo, espera-se que o resultado da subtração seja próximo de 1 (R² próximos de zero), ou seja, a variável independente não é explicada pelas demais e, assim sendo, não existe indicativo de multicolinearidade. A interpretação do VIF é semelhante.

Portanto, interpreta-se os resultados conforme explicitado no Quadro 4:

Quadro 4 - Interpretação dos resultados do Diagnóstico de Multicolinearidade

Diagnóstico	Estatísticas de Colinearidade	
	VIF	Tolerance
Sem Multicolinearidade	Até 1	Até 1
Com Multicolinearidade aceitável	De 1 até 10	De 1 até 0,10
Com Multicolinearidade problemática	Abaixo de 10	Abaixo de 0,10

Fonte: Baseado em Gujarati (2000) e Hair (2005)

Assim, com base nos resultados no teste, tem-se ausência de multicolinearidade com a variável CLA e multicolinearidade aceitável para as demais. Da mesma forma, a *Condition Index* também não indica multicolinearidade, uma vez que apresenta índice menor que 15 (CUNHA; COELHO, 2009). Da mesma forma as Variâncias Proporcionais (*Variance proportions*) também não apresentam altos coeficientes para mais de uma roda (*Dimension*).

No que diz respeito à independência entre os erros ou ausência de autocorrelação serial, utiliza-se o teste de Durbin-Watson (DW) cuja interpretação baseia-se nos valores críticos inferior (d_L) e superior (d_U), obtidos na tabela do teste a partir do tamanho da amostra e do número de variáveis independentes. Para um estudo com 105 observações, 3 variáveis explicativas e nível de significância de 0,05 tem-se d_L 1,64334 e d_U 1,72087, logo DW inferiores a 1,64334, como é o caso (Na Tabela 5 - *Model Summary* – o DW para o modelo 3 foi de 1,115), indicam Autocorrelação positiva o que implicam em estimativas não eficientes e um maior erro padrão. Como solução, pode-se tornar a série estacionária.

Para a avaliação da normalidade dos resíduos é utilizado o teste de Kolmogorov-Smirnov (KS) que avalia se a série está conforme a distribuição normal.

Tabela 10 - One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test

		Standardized Residual
N		105
Normal Parameters ^{a,b}	Mean	0E-7
	Std. Deviation	,98547138
Most Extreme Differences	Absolute	,067
	Positive	,066
	Negative	-,067
Kolmogorov-Smirnov Z		,684
Asymp. Sig. (2-tailed)		,737

a. Test distribution is Normal.

b. Calculated from data.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

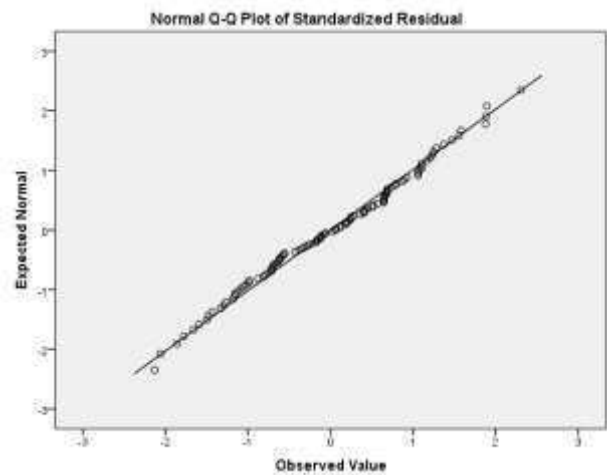


Gráfico 1 - Dispersão dos erros

Observa-se que o Sig. do Teste superou a significância de 5% não fornecendo evidências para se rejeitar a hipótese de normalidade dos erros o que se confirma também através do Gráfico 1.

Por fim, a Homocedasticidade diz respeito à variância dos resíduos de forma constante e, quando violado esse pressuposto, os parâmetros estimados do modelo passam a não serem eficientes, fazendo-se necessária uma transformação dos dados ou adotando outro modelo, como o *Weighted Least Square* (WLS) (PESTANA;GAGEIRO, 2000). Utilizou-se para tanto o teste de Pesarán-Pesarán (PP) que simula uma regressão entre o quadrado dos resíduos padronizados (ZRE_2) como função do quadrado dos valores estimados padronizados (ZPR_2) e avalia-se o coeficiente deste na regressão, sob a perspectiva da

significância dessa regressão, devendo apresentar-se não significativa; do contrário, existe evidência de heterocedasticidade

Tabela 11 – ANOVA^a

Model		Sum of Squares	Df	Mean Square	F	Sig.
	Regression	2,935	1	2,935	2,423	,123 ^b
1	Residual	124,734	103	1,211		
	Total	127,669	104			

a. Dependent Variable: ZRE_2

b. Predictors: (Constant), ZPR_2

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Tabela 10, percebe-se que a significância do teste PP é maior que 5%, ou seja, a regressão não é significativa e, portanto, os resíduos são homocedásticos e conclui-se que a variância dos resíduos é constante para todas as observações, atendendo assim o pressuposto da Homocedasticidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao questionamento gerado para estimulá-la, esta pesquisa teve como objetivo a investigação de quais fatores podem influenciar as “maiores empresas” na divulgação dos ativos intangíveis em seus relatórios anuais, a fim de verificar se elas refletem, em suas contas, a reconhecida importância dos ativos intangíveis na economia atual e na doutrina contábil.

Deste modo, foram investigadas as demonstrações das 35 “maiores empresas” brasileiras em faturamento, conforme *ranking* elaborado pela Revista Exame (2014), no tópico: “Melhores e Maiores”, as quais se encontram listadas na Bolsa de Valores e cujas informações úteis a esta pesquisa se fizeram disponíveis nos sítios da BM&FBovespa e da CVM. Para auxiliar na coleta de dados, foi criado um *check list* a partir dos pontos do CPC 04 (R1) que orientam as empresas na divulgação dos ativos classificados e alocados no grupo dos intangíveis, de acordo com o explicitado na metodologia deste trabalho.

A partir dos dados coletados com a ajuda do *check list*, pôde-se constatar a maneira pela qual se dá o comportamento das empresas mais lucrativas do Brasil em 2013, no que concerne ao tratamento dado aos ativos intangíveis que estão sob sua posse. As informações que interessaram a esta pesquisa foram as referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013, dando condições para que fosse feita uma análise horizontal dos resultados obtidos, a fim de se observar se houve evolução nos índices de divulgação de intangíveis frente ao que orienta o CPC 04 (R1).

Logo, percebeu-se que as empresas que mais divulgaram informações relacionadas ao ativo intangível ($\geq 80\%$), no intervalo de tempo analisado foram: Cielo (2011; 2013), Lojas Americanas (2013) Magazine Luiza (2011; 2012), NET (2011; 2012; 2013), e Usiminas (2012; 2013). Em contrapartida, a Souza Cruz ganhou destaque como a que menos divulgou informações, em todos os períodos analisados, no grupo dos intangíveis ($\leq 25\%$), o que representa menos da metade do percentual médio encontrado quando levadas em consideração todas as empresas.

As orientações do CPC 04 que as empresas seguiram, em maior proporção, foram: O valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período; qualquer amortização reconhecida no período; e outras alterações no valor contábil. Em contrapartida, os que foram divulgados em menor ou nenhuma proporção foram as informações relativas: aos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais; e os ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações.

Foi possível, também, analisar que o índice de divulgação, quando considerado o conjunto das empresas, obteve um crescimento gradual nos anos observados, sendo o valor do DIV04 TOTAL de 59, 60 e 63%, respectivamente. Isto quer dizer que, embora o índice de conformidade com as diretrizes dadas pelo CPC tenha sido razoável, em média 60,67%, há uma tendência de crescimento quanto à obediência às normas brasileiras que foram elaboradas à luz da normatização internacional, a fim de que se possa chegar a demonstrações financeiras munidas de alto padrão de qualidade e, por conseguinte, sejam diminuídas ou, até, eliminadas as discrepâncias existentes entre os relatórios financeiros dos países.

O resultado se apresenta de maneira bem similar aos que foram encontrados por Liszbinski *et al.* (2014), cuja média de conformidade com o CPC 04 encontrada foi 64% num intervalo de tempo compreendido dos anos de 2006 a 2012 a partir de uma amostra composta por 50 empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores. Por sua vez, Brighenti, Chiarello e Rosa (2014), ao analisarem um grupo de 64 empresas familiares, também listadas na Bolsa, constataram que a média de divulgação de ativos intangíveis é de 27,3%, bem abaixo dos resultados descritos acima.

Baseando-se nos estudos de Silva, Rodrigues e Dueñas (2012), Omoye (2013) e Brighenti, Chiarello e Rosa (2014), foram estabelecidas, ainda, as variáveis por meio das quais se procurou observar que fatores poderiam exercer influência sobre o índice de divulgação de ativos intangíveis nestas empresas, sendo testadas como explicativas da divulgação de intangíveis, a saber: o tamanho da empresa (SIZE); a rentabilidade sobre o ativo (ROA) e sobre o PL (ROE); o percentual desses ativos no balanço (PIBA); o número de classes de intangíveis presentes no balanço (CLA); o nível de internacionalização (INT); a empresa de auditoria que a audita (AUDIT) e a idade da empresa (AGE).

Dos resultados da análise apresentada, pôde-se depreender, pois, que quanto maior o número de classes de intangíveis inserido nas demonstrações, maior será o índice de divulgação de intangíveis. A Rentabilidade sobre o Patrimônio e o ROA também apresentaram relação significativa com o Índice de Divulgação. Todavia, convém lembrar, ainda, que este coeficiente pode indicar uma associação negativa, ou seja, enquanto uma aumenta a outra diminui, ou uma associação positiva, se as variáveis apresentarem variações no mesmo sentido (PESTANA; GAGEIRO, 2000).

Nos achados desta pesquisa, o ROA exerce uma influência negativa na divulgação dos intangíveis das empresas analisadas, isto é, ela é inversamente proporcional ao Índice de Divulgação estudado. Fato que também pode ser observado no estudo realizado por Zago,

Mello e Rojo (2013), em que foi comprovada uma relação negativa entre o ROA e o índice de divulgação.

Os resultados desta pesquisa, ainda, diferem de outros estudos que também se utilizaram de variáveis explicativas diante do Índice de Divulgação de Ativos Intangíveis. Silva, Rodrigues e Dueñas (2012), encontraram, em sua pesquisa, resultados que estabeleceram que o tamanho da empresa e o nível de internacionalização influenciam na divulgação dos intangíveis. Por sua vez, Brighenti, Chiarello e Rosa (2014), a partir de seus achados, puderam estabelecer que, além da rentabilidade sobre o ativo, os percentuais de seus ativos intangíveis e os tamanhos das organizações analisadas também exercem influência sobre a evidenciação dos intangíveis.

Sobre as demais variáveis, não se confirmaram as hipóteses relacionadas ao tamanho da empresa, o percentual de intangíveis em seu balanço, seu nível de internacionalização, as empresas que as auditam e suas respectivas idades, permitindo, assim, a afirmação de que estas variáveis não exercem influência significativa sobre o índice de divulgação em questão.

Os resultados obtidos nesta pesquisa permitem depreender, ainda, que as variáveis aqui estabelecidas possuem um baixo poder explicativo, fato que também pode ser observado em outros estudos (ANTUNES; LEITE, 2008; SILVA; RODRIGUES; DUEÑAS, 2012; BRIGHENTI; CHIARELLO; ROSA, 2014), justificado através da ausência de informações padronizadas e divulgadas adequadamente, levando a concluir que tais empresas preocupam-se em atender estritamente ao que “manda” a legislação específica sem nenhuma preocupação acessória que pode vir a contribuir com melhores resultados. Outras variáveis de cunho qualitativo, como formação do capital, governança corporativa, etc, podem ser complementares às variáveis testadas nesse estudo e, conseqüentemente, aumentarem o poder de explicação do modelo.

Faz-se necessário constar também que, em meio à realização desta pesquisa, surgiram limitações que impossibilitaram outros resultados. Deste modo, mais da metade do número de empresas constantes no *ranking* não puderam fazer parte da amostra deste, uma vez que elas não constam no rol das empresas listadas na Bolsa de Valores ou suas informações não se fizeram suficientes para tal análise.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P.; LEITE, R. S. Divulgação de Informações sobre Ativos Intangíveis e sua Utilidade para Analistas de Investimentos. **Revista Universo Contábil**. ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 4, nº. 4, p. 22-38, out./dez. 2008. Disponível em: < <http://goo.gl/xeWDFV> > Acesso em: 13 ago. 2014.

BEUREN, I. M.; THEISS, V.; SANT'ANA, S. V. Conservadorismo Contábil no Reconhecimento de Ativos Intangíveis em Fase de Pesquisa e Desenvolvimento: Um Estudo em Empresas da BM&FBovespa. **Contabilidade, Gestão e Governança** – Brasília, v. 16, nº. 1, p. 98-111, jan./abr; 2013. Disponível em: < <http://goo.gl/a7WVJQ>> Acesso em: 22 jul. 2014.

BOESSO, G.; KUMAR, K. Drivers of corporate voluntary disclosure. A framework and empirical evidence from Italy and the United States. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 20.269-296, 2007. Disponível em: < <http://goo.gl/vDBQBM>> Acesso em: 22 ago. 214.

BRANCO, M.C.; RODRIGUES, L.L. Factors Influencing Social Responsibility disclosure by Portuguese Companies. **Journal of Business Ethics**, 83.685-701, 2008. Disponível em: < <http://goo.gl/0rBlfm>> Acesso em: 22 ago. 2014.

BRASIL, E. P. **Evidenciação dos ativos intangíveis e o test impairment: estudo de caso do setor bancário Brasileiro**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Lc19cb>> Acesso em: 10 out. 2014.

BRASIL. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2010). **Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) Ativo Intangível**. Disponível em: < <http://goo.gl/WFJnBg> >. Acesso em: 07 jul. 2014.

_____. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2011). **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em: < <http://goo.gl/pR4YNe>> Acesso em: 19 ago. 2014.

_____. **Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.html>. Acesso em 11 jul. 2014

_____. **Lei nº. 11.941 de 27 de maio de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em 11 jul. 2014

_____. **NBC T 3: Conceito, conteúdo, estrutura, e nomenclatura das demonstrações contábeis**. CFC (Conselho Federal de Contabilidade), 1990. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t3.htm>> Acesso em: 10 jul. 2014

_____. **NPC 27: Apresentação e Divulgações**. IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), 2005. Disponível em: < <http://goo.gl/EyRsc8> > Acesso em: 10 jul. 2014

_____. **Melhores e Maiores de 2014: As 100 maiores empresas do Brasil em 2013**. Revista EXAME.com. Editora Abril. 2014. Disponível em: < <http://goo.gl/pEIHVB>> Acesso em: 26 jun. 2014.

BRIGHENTI, J.; CHIARELLO, T. C.; ROSA, F. S. da. **Divulgação de Ativos Intangíveis: Um Estudo em Empresas Familiares Listadas na BM&FBovespa**. XIV Congresso USP Controladoria e Contabilidade, São Paulo, 21 a 23 de julho de 2014. Disponível em: < <http://goo.gl/LdzC4H> > Acesso em: 13 jun. 2014.

COOKE, T. E. (1989). Disclosure in the corporate annual reports of Swedish companies. **Accounting and Business Research**, 19(74), 113-124. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/00014788.1989.9728841>> Acesso em: 22 ago. 2014.

CRISÓSTOMO, V. L. Ativos Intangíveis: Estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros Países. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, nº 1, pp. 50-68, 2009. Disponível em: < <http://goo.gl/kJdCcY>> Acesso em: 16 out. 2014.

CUNHA, A. G. *et al.* **Evidenciação de Ativos Intangíveis: um Estudo com Empresas Brasileiras**. VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Disponível em: < <http://goo.gl/6YltrP> >. Acesso em: 26 jun. 2014.

CUNHA, J. V. A.; COELHO, A. C. Regressão Linear Múltipla. In: CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (Coord.). **Análise multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. São Paulo: Atlas, 2009.

CUNHA, S. A. **Incorporação dos ativos intangíveis na determinação do valor de mercado das ações de uma empresa: o caso Braskem**. 216 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 2006. Disponível em: < <http://goo.gl/YriNbY> > Acesso em: 22 jul. 2014.

FLACH, L.; MÜLLER, M. M. Apresentação de um Modelo de Regressão Múltipla para o *Disclosure* de Ativos Intangíveis. **CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 1, n. 2, p. 36-51, 2º sem./2014. Disponível em: < <http://goo.gl/rBJKJT> > Acesso em: 27 out. 2014.

GALLERY, G., COOPER E., SWEETING, J. Corporate disclosure quality: lessons from Australian companies on the impact of adopting International Financial Reporting Standards. **Australian Accounting Review**, 18.257-273, 2008. Disponível em: < <http://goo.gl/pRCy21> > Acesso em: 22 ago. 2014.

GALLON, A. V.; SOUZA, F. C. de; ROVER, S.; ENSSLIN, S. R. Um estudo reflexivo da produção científica em capital intelectual. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 142-172, 2008. Edição especial. Disponível em: < <http://goo.gl/iiObw8> > Acesso em: 24 ago. 2014.

GANDÍA, J.L. Intangibles Disclosure Information on Internet by Multinational Corporations. **The International Journal of Digital Accounting Research**, 3.61-99, 2003. Disponível em: < <http://goo.gl/youS052> > Acesso em: 22 ago. 2014.

GERPOTT, T.J., THOMAS, S.E., HOFFMANN, A.P. Intangible asset disclosure in the telecommunications industry. **Journal of Intellectual Capital**, 9.37-61, 2008. Disponível em: < <http://goo.gl/oY6WRF> > Acesso em: 22 ago. 2014.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, A. M. C. O conceito de ativos na contabilidade: um fundamento a ser explorado. **Revista Contabilidade & Finanças**, vol.13, nº. 28. São Paulo. Jan./Apr. 2002. Disponível em: < <http://goo.gl/a9m8t9> > Acesso em: 22 jul. 21014.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. Tradução da 4ª edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Multivariate data analysis**. 5. Ed., Prentice Hall, Upper Sanddle River, New Jersey, 1998.

HENDRIKSEN, E. S; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICIBUS, S.. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos. **Manual de Contabilidade Societária**. 1. Ed. São Paulo; Atlas, 2010.

KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valorização de empresas**. Tese (Doutorado em Administração - USP) São Paulo – SP, 2002. Disponível em: < <http://goo.gl/uiNuly> > Acesso em: 17 jan. 2015.

LIMA, A. de; RIGO, V. P.; PASQUAL, D. L.. A evidenciação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis: uma análise nas dez maiores empresas listadas na BMFBovespa. **Unoesc & Ciência – ACSA**, Joaçaba, v. 3, n. 2, p. 221-232, jul./dez. 2012. Disponível em: < <http://goo.gl/QoOQAI> > Acesso em: 22 jul. 2014.

LISZBINSKI, B. B.; Kronbauer, C. A.; Macagnan, C. B.; Patias, T. Z. **Conformidade no reconhecimento de Ativos Intangíveis: Um estudo sob a ótica da Teoria Institucional**. VIII Congresso Anpcont, Rio de Janeiro, 17 a 20 de agosto de 2014. ISSN 2175-8069, UFSC, Florianópolis, v. 11, n. 24, p. 85-106, set./dez. 2014 Disponível em: < <http://goo.gl/zGcG3y> > Acesso em: 23 set. 2014

LOPES, L. C.; ALVES, N. M.; SILVA FILHO; L. L.; *et al.* Evidenciação Das Informações dos Ativos Intangíveis: Um Estudo Sobre o Nível de Aderência das Companhias Brasileiras do Setor de Bens Industriais Listadas na Bolsa de Valores do Brasil ao CPC 04. **Qualit@s Revista Eletrônica**. ISSN 1677 4280 Vol.15. No 1(2014). Disponível em: < <http://goo.gl/KtrJUy> > Acesso em: 09 ago. 2014

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, Jose Carlos. **Reflexões sobre Ativo Intangível**. 2000. Disponível em: < <http://goo.gl/2XaXTe> > Acesso em: 25 out. 2014.

MARTINS, E. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. Tese (Doutorado em Contabilidade) - FEA/USP, 1972.

MELLO, L. B. B.; VASCONCELOS, L. A.; BRAGANÇA, L. R.; MOTTA, O. M. **Contribuição para a Gestão dos Ativos Intangíveis Organizacionais: Proposição de um modelo baseado no *Balanced Scorecard***. VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Niterói, Rio de Janeiro. 2010. ISSN 1984-9354. Disponível em: < <http://goo.gl/brpEFH> > Acesso em: 23 jan. 2015.

MENEGUELLI, D.; SOUZA; D. B. L.. MENSURÁVEL X INTANGÍVEL: O desafio da mensuração dos resultados na Gestão do Conhecimento. **Estação Científica Online**, Juiz de Fora, n. 04, abr./mai. 2007. Disponível em: < <http://goo.gl/y0fcRf> > Acesso em: 22 jul. 2014.

MENESES, A. F.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. **Disclosure de Ativos Intangíveis em Empresas Brasileiras**. In: Congresso ANPCONT, V, 2011. Vitória-ES. Anais... Vitória-ES: ANPCONT, 2011. Disponível em: < <http://goo.gl/joLqJd> > Acesso em: 17 ago. 2014.

MONSTEIRO, A. A. S.; COELHO, F. S.. Ativos Intangíveis – Uma abordagem Teórica. Ganador do II Prêmio Contador Geraldo De La Rocque – Maio/2001 - Anais do Congresso Internacional de Custos - Leon - Espanha - Jul/2001 - **Revista Pensar Contábil** – Ano IV – nº 12 – Mai-Jul/2001 - Anais do IX Congresso de Contabilidade - Porto - Portugal - Nov/2002. Disponível em: < <http://goo.gl/o85UqJ> > Acesso em: 21 ago. 2014.

MOURA, F. V.; BATISTA, I. V. C.. **Instituições de Ensino Superior em Contabilidade e suas contribuições para a formação de Profissionais Socialmente Responsáveis**. In: IV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, 2007. Disponível em: < <http://goo.gl/WnA6iG> > Acesso em: 21 ago. 2014.

MOURA, G.D.. **Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa: Uma análise de empresas listadas na Bovespa**. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011. Disponível em: < <http://goo.gl/oKabwu> > Acesso em: 13 out. 2014.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLLIER, C.B., CHAVENT, M., KUENTZ, V., WALLISER, E. L'adoption en France des norms IFRS relatives aux incorporels. **Revue Française de Gestion**, 207.93-110, 2010. Disponível em: < <http://goo.gl/5igfyb> > Acesso em: 22 ago. 2014.

- OLIVEIRA, L., RODRIGUES, L.L., CRAIG, R. Firm-specific determinants of intangibles reporting: evidence from the Portuguese stock market. **Journal of Human Resource Costing & Accounting**, 10.11-33, 2006. Disponível em: < <http://goo.gl/8Mmgzl>> Acesso em: 22 ago. 2014.
- OMOYE, A. S. Determinants of intangibles assets disclosure in annual report: Evidence from Nigerian quoted companies. **International Journal of Asian Social Science**, 2013, 3(5):1152-1165. Disponível em: < <http://goo.gl/HDkTxw> > Acesso em: 29 out. 2014.
- PADUAN, R.. O valor invisível de uma empresa. **Revista Exame.com**, São Paulo, 14 mar. 2005. Disponível em: < <http://goo.gl/Lkg1Vr>> Acesso em: 16 ago. 2014.
- PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos Intangíveis e o desempenho empresarial. **R. Cont. Fin. – USP**, São Paulo, n. 40, p. 7 – 24, jan./abr. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v17n40/v17n40a02.pdf>> Acesso em: 16 ago. 2014.
- PESTANA, M.H. e GAGEIRO, J. **Análise de dados para Ciências Sociais**. Edições Sílabo, Lisboa, 2000.
- QUEVEDO, E. **Reputacion y creacion de valor, una relacion circular**. Thomson, Madrid, 2003.
- RAUPP, F. M. & BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, I. M. (org) Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.
- REINA, D.; REINA, D. R. M.; ENSSLIN, S. R.. Intangible Assets: Estudo Epistemológico da Produção Científica Internacional. **R. Adm. FACES Journal**, Belo Horizonte · v. 11 · n. 4 · p. 87-107 · out./dez. 2011. ISSN 1984-6975 (online). ISSN 1517-8900 (Impressa). Disponível em:< <http://goo.gl/CvZzgD>> Acesso em: 25 out. 2014
- RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- RITTA, C. de O.; ENSSLIN, S. R., RONCHI, S. H. A evidencição dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: empresas que apresentaram informações financeiras à Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM) – FACECLA – Campo Largo – PR, Brasil**. RECADM v. 9 – n. 1 – p. 62-75 – Maio/2010.
- RODRIGUES, J. J. **Elasticidade – PIB de longo prazo da Receita Tributária no Brasil: Abordagem do índice da Divisia**. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade de Brasília, Brasília, 1999. Disponível em: < <http://goo.gl/UcSN0l> > Acesso em 23 out. 2014.
- RODRIGUES, L. C. S.. **Ativos Intangíveis: Uma explanação das principais técnicas de avaliação aceitas pela comunidade contábil. Uma preparação para seu uso a favor da vantagem competitiva**. Monografia (Graduação em Contabilidade) – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: < <http://goo.gl/YJNa4O>> Acesso em: 16 ago. 2014.

ROLIM, M. V. **Estudo do nível de *disclosure* dos ativos intangíveis das empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100.** Dissertação (Mestrado em Administração – UFU) Uberlândia – MG, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/2948>>. Acesso em: 12 jul. 2014

SÁ, C. S. V. F.. **Activos Intangíveis: Impacto da Adopção das IAS ao nível das Despesas de I&D.** Dissertação (Mestrado em Contabilidade – UA) Aveiro – Portugal, 2010. Disponível em: <<http://ria.ua.pt/handle/10773/3576>> Acesso em: 20 jul. 2014.

SANCHIDRIÁN, J. P. Factores que inciden em el valor de uma Empresa. **Bolsa**, nº 169, pp. 50-57. Disponível em: <<http://goo.gl/7jq8h9>> Acesso em: 02 ago. 2014.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Disponível em: <<http://goo.gl/zypc4X>> Acesso em: 16 ago. 2014.

SCHNORRENBERGER, D. Considerações Gerais sobre Ativos Intangíveis. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, nº 2, pp. 85-107. Disponível em: <<http://goo.gl/gHYE9C>> Acesso em: 02 ago. 2014.

SILVA, M. L. R., RODRIGUES, A. M. G., DUEÑAS, M. D. P. M. Disclosure of Intangible Assets: an Empirical Study of Financial Corporations in the Iberian Peninsula. **FEUC- Artigos em Revistas Internacionais**, Salerno, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/21287>> Acesso em: 24 out. 2014.

VIEIRA, V. A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/5CUU6N>> Acesso em: 26 set. 2014.

WHITE, G.; LEE, A.; TOWER, G. Drivers of voluntary intellectual capital disclosure in listed biotechnology companies. **Journal of Intellectual Capital**, 8.517-537, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/MjWct0>> Acesso em 22 ago. 2014.

ZAGO, C.; MELLO, G. R; ROJO, C. A. **Influência dos Ativos Intangíveis no Desempenho das Empresas Listadas no Índice Bovespa.** II Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas – II CONAPE Francisco Beltrão/PR, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/FemvLC>> Acesso em: 11 fev. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Ranking das Empresas

EMPRESA	LISTADA NA BOLSA?		COMPÕE A AMOSTRA?		SE EXCLUÍDA DA AMOSTRA, QUAL O MOTIVO?
	S	N	S	N	
1- Petrobrás	X		X		-
2- BR Distribuidora		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
3- Vale	X		X		-
4- Ipiranga Produtos		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
5- Raízen Combustíveis		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
6- BRF	X		X		-
7- Bunge		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
8- Volkswagen		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
9- Cargill		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
10- Braskem	X		X		-
11- Fiat		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
12- Telefônica		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
13- Via Varejo	X		X		-
14- Grupo Pão de Açúcar	X		X		-
15- JBS	X		X		-
16- TIM		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
17- Samsung		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
18- Correios		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
19- Walmart Brasil		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
20- ArcelorMittal Brasil		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
21- Carrefour		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
22- Ambev	X			X	INFORMAÇÕES INSUFICIENTES
23- CSN	X		X		-
24- General Motors		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
25- Claro		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
26- Telemar	X		X		-
27- CRBS		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
28- TAM	X			X	INFORMAÇÕES INSUFICIENTES
29- Mercedes-Benz		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
30- Toyota		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
31- Louis Dreyfus		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
32- Atacadão		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
33- ADM		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
34- Usiminas	X		X		-
35- Sabesp	X		X		-
36- Renault		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
37- Globo		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
38- Embraer	X		X		-
39- Gerdau Aços Longos	X		X		-
40- Copersucar-Cooperativa		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
41- Ale Combustíveis		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
42- Ford		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
43- Embratel	X		X		-
44- Amil		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
45- Construtora Odebrecht		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
46- Cemig Distribuição	X		X		-
47- AES Eletropaulo	X		X		-
48- Gol	X		X		-
49- Itaipu Binacional		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
50- MAN LatinAmerica		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS

51-	Cencosud Brasil		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
52-	Magazine Luiza	X		X		-
53-	Coamo		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
54-	Lojas Americanas	X		X		-
55-	Basf		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
56-	Amaggi		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
57-	Honda Automóveis		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
58-	Samarco		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
59-	CNH/Case New Holland		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
60-	Unilever		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
61-	Oi	X		X		-
62-	Makro		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
63-	Moto Honda		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
64-	Bayer		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
65-	LigthSesa		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
66-	Whirlpool		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
67-	GE		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
68-	Peugeot Citroen		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
69-	Natura	X		X		-
70-	Comgás	X		X		-
71-	Votorantim Cimentos		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
72-	RaiaDrogasil	X		X		-
73-	Souza Cruz	X		X		-
74-	Net	X		X		-
75-	Paranapanema	X		X		-
76-	CPFL Paulista	X		X		-
77-	Copel Dis	X		X		-
78-	Tag		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
79-	Transpetro		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
80-	Raízen Energia	X			X	INFORMAÇÕES INSUFICIENTES
81-	Braskem Qpar		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
82-	Cielo	X		X		-
83-	B2W Digital	X		X		-
84-	Suzano	X		X		-
85-	Assai Atacadista		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
86-	Heringer	X		X		-
87-	P&G Industrial		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
88-	Cemig GT	X		X		-
89-	Valefert		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
90-	Syngenta		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
91-	Aurora Alimentos		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
92-	Gerdau Açominas		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
93-	Andrade Gutierrez		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
94-	Coelba	X		X		-
95-	Nextel		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
96-	Copersucar		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
97-	GVT		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
98-	Construtora OAS		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS
99-	Celesc	X		X		-
100-	Yara Brasil		X		X	INFORMAÇÕES INDISPONÍVEIS

Fonte: Revista Exame (Adaptado)

APÊNDICE B – Composição da Amostra

EMPRESAS		FATURAMENTO (em US\$ bilhões)
1-	Petrobrás	104,25
2-	Vale	27,99
3-	BRF	12,47
4-	Braskem	10,34
5-	Via Varejo	9,55
6-	Grupo Pão de Açúcar	9,48
7-	JBS	9,21
8-	CSN	6,12
9-	Telemar	5,57
10-	Usiminas	4,98
11-	Sabesp	4,97
12-	Embraer	4,68
13-	Gerdau Aços Longos	4,61
14-	Embratel	4,32
15-	Cemig Distribuição	4,04
16-	AES Eletropaulo	3,96
17-	Gol	3,88
18-	Magazine Luiza	3,53
19-	Lojas Americanas	3,39
20-	Oi	3,02
21-	Natura	2,79
22-	Comgás	2,78
23-	Raia Drogasil	2,74
24-	Souza Cruz	2,74
25-	Net	2,70
26-	Paranapanema	2,68
27-	CPFL Paulista	2,65
28-	Copel Dis	2,62
29-	Cielo	2,51
30-	B2W Digital	2,47
31-	Suzano	2,44
32-	Heringer	2,38
33-	Cemig GT	2,30
34-	Coelba	2,19
35-	Celesc	2,10

Fonte: Melhores e Maiores de 2014 - Revista Exame - Editora Abril

Nota: Empresas em ordem decrescente de faturamento no ano de 2013.

APÊNDICE C – DIV04 das Empresas Analisadas

Nº	EMPRESAS	Período		
		2011	2012	2013
1-	Petrobrás	62%	62%	64%
2-	Vale	40%	45%	42%
3-	BRF	54%	62%	62%
4-	Braskem	53%	79%	79%
5-	Via Varejo	50%	47%	71%
6-	Grupo Pão de Açúcar	43%	69%	69%
7-	JBS	58%	50%	75%
8-	CSN	67%	67%	73%
9-	Telemar	67%	62%	40%
10-	Usiminas	75%	82%	82%
11-	Sabesp	71%	64%	67%
12-	Embraer	73%	50%	50%
13-	Gerdau Aços Longos	71%	64%	62%
14-	Embratel	64%	43%	67%
15-	Cemig Distribuição	42%	42%	55%
16-	AES Eletropaulo	53%	38%	36%
17-	Gol	64%	64%	58%
18-	Magazine Luiza	83%	82%	75%
19-	Lojas Americanas	77%	80%	80%
20-	Oi	64%	47%	42%
21-	Natura	43%	36%	57%
22-	Comgás	56%	67%	78%
23-	RaiaDrogasil	67%	50%	78%
24-	Souza Cruz	17%	20%	25%
25-	Net	89%	89%	91%
26-	Paranapanema	38%	50%	33%
27-	CPFL Paulista	67%	77%	70%
28-	Copel Dis	50%	50%	67%
29-	Cielo	80%	77%	82%
30-	B2W Digital	56%	62%	70%
31-	Suzano	75%	75%	75%
32-	Heringer	56%	70%	70%
33-	Cemig GT	64%	64%	55%
34-	Coelba	50%	50%	54%
35-	Celesc	45%	57%	55%
DIV04 TOTAL		59%	60%	63%
MÉDIA DE DIVULGAÇÃO		60,67%		

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE D – Resultado da divulgação dos itens do *Chek List*

Nº	Item	Período		
		2011	2012	2013
-	A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos intangíveis, fazendo a distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:	-	-	-
1	O valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;	35	35	35
2	A rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;	17	13	13
-	A conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando:	-	-	-
3	(i) adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno;	16	17	19
4	(ii) as adquiridas;	28	30	31
5	(iii) as adquiridas por meio de uma combinação de negócios;	19	21	23
6	(iv) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas;	0	6	2
7	(v) aumentos ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 75, 85 e 86 do CPC 04 (R1) e perdas por desvalorizações de ativos reconhecidas ou revertidas diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o CPC 01;	10	3	13
8	(vi) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o CPC 01 (se houver);	14	18	9
9	(vii) reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período, de acordo com o CPC (se houver);	5	1	0
10	(viii) qualquer amortização reconhecida no período;	35	35	35
11	(ix) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade;	7	10	9
12	(x) outras alterações no valor contábil durante o período.	35	35	35
-	A entidade também deve divulgar:	-	-	-
13	Em relação a ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida, o seu valor contábil e os motivos que fundamentam essa avaliação. Ao apresentar essas razões, a entidade deve descrever os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil indefinida do ativo;	13	19	18
14	Uma descrição, o valor contábil e o prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;	5	2	1
-	Em relação a ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo:	-	-	-
15	(i) o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos;	1	0	0
16	(ii) seu valor contábil;	1	0	0
17	(iii) se são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou de reavaliação;	0	0	0
18	A existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações;	0	4	1
19	O valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis.	9	7	13

Fonte: Dados da Pesquisa